

**Observatório das Metrôpoles
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
FAPERJ - CAPES - CNPq**

TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM URBANA NA METRÓPOLE LIBERAL-PERIFÉRICA: 1980/2010

HIPÓTESES E ESTRATÉGIA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDO COMPARATIVO

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO

Rio de Janeiro, março de 2013.

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 4 |
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. MUDANÇA DE MODELO DE DESENVOLVIMENTO? | 14 |
| 2.1. NEOLIBERALISMO PERIFÉRICO | 15 |
| 2.2. NEODESENVOLVIMENTISMO X NEOLIBERALISMO PERIFÉRICO: PROJETOS EM DISPUTA | 18 |
| 2.3. O LIBERALISMO-PERIFÉRICO COMO CONDIÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL | 22 |
| 3. A ORDEM URBANA NA METRÓPOLE LIBERAL-PERIFÉRICA: HIPÓTESES | 28 |
| 3.1. A METRÓPOLE DA INDUSTRIALIZAÇÃO COM ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: A ORDEM URBANA COMO FRONTEIRA | 32 |
| 3.2. A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO URBANO | 35 |
| 3.3. A ORDEM URBANA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO/EXCLUSÃO | 39 |
| 3.4. A ORDEM URBANA: SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO | 41 |
| 3.4.1. A METRÓPOLE DUAL: OS DOIS PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO | 41 |
| 3.4.2. O REGIME DE INTERAÇÃO SOCIAL NAS METRÓPOLES: DISTÂNCIA SOCIAL E PROXIMIDADE TERRITORIAL | 44 |
| 3.4.3. A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS | 45 |
| 4. A ORDEM URBANA NO NEOLIBERALISMO PERIFÉRICO: RUPTURA OU TRANSIÇÃO? | 47 |
| 4.1. HIPÓTESES PRELIMINARES | 47 |
| 4.2. O CAPITALISMO URBANO NO NEOLIBERALISMO PERIFÉRICO | 49 |
| 4.2.1. A REMERCANTILIZAÇÃO COMO DESPROTEÇÃO SOCIAL | 50 |
| 4.2.2. A REMERCANTILIZAÇÃO COMO DESREGULAÇÃO SOCIAL | 50 |
| 4.2.3. A REMERCANTILIZAÇÃO COMO PROCESSO | 50 |
| 4.2.4. A REMERCANTILIZAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO ATUAL | 51 |
| 4.2.5. A NEOLIBERALIZAÇÃO | 52 |
| 4.2.6. A LONGA MARCHA | 52 |
| 5. DESAFIOS DA COMPARAÇÃO | 54 |
| 5.1. O QUE COMPARAR? | 54 |
| 5.2. MODELOS DE COMPARAÇÃO | 54 |
| 5.3. EXEMPLO DE PESQUISA COMPARATIVA: NOVA YORK, CHICAGO E LOS ANGELES | 58 |
| 5.4. ESTRATÉGIA DE COMPARAÇÃO: PONTO DE PARTIDA | 61 |
| 6. BIBLIOGRAFIA | 67 |

“Trabalhamos com três ‘megatendências’ em que estamos investindo. A primeira é a globalização. A segunda é passar de processos manuais para digitais e a terceira é o movimento do campo para os grandes centros urbanos. Hoje, 50% da população global mora em cidades e acreditamos que, nos próximos 25 anos, esse número chegará a ser de 70% a 75%. Essas tendências estarão centralmente em um milhão dos principais centros urbanos do mundo e de lá sairão 85% do crescimento e da riqueza. Então, nosso foco no futuro será muito mais nas 150 principais cidades ao redor do mundo, incluindo as grandes cidades do Brasil”.

Trecho da entrevista concedida por Francesco Vanni, chefe global do CTS (*Citi Transaction Service*), do Citibank, que comanda a área responsável pelas transações internacionais e pelos investimentos globais de médias e grandes empresas, operando diariamente U\$ 3 trilhões de dólares e tendo U\$ 12,8 trilhões em ativos sob custódia (Folha de São Paulo, 10 de março de 2013).

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste documento é apresentar e fundamentar teórica e metodologicamente a proposta de roteiro dos 15 livros que pretendemos publicar com as análises comparativas sobre as mudanças das metrópoles brasileiras, no período 1980-2010. A busca do enfoque comparativo tem sido uma das características do Observatório das Metrópoles como rede de pesquisa. Algumas tentativas que realizamos têm se limitado a descrições empíricas de temas parciais do nosso programa de pesquisa. Na linha I, por exemplo, avançamos consideravelmente na construção da análise comparativa sobre a diversidade do processo de metropolização dos aglomerados urbanos, da qual resulta a identificação do que chamamos de hierarquia metropolitana. Ao mesmo tempo, também comparamos aspectos relevantes dos diferentes graus de organização interna – na escala intermunicipal – dos diversos aglomerados identificados como regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. Porém, não chegamos a realizar um esforço sistemático e coletivo de compreensão das possíveis diferentes dinâmicas subjacentes. Na linha II, realizamos também alguns louváveis esforços de comparação das estruturas sociais e espaciais, mas agora temos o desafio de superar a descrição e avançar na interpretação da mudança. Por outro lado, desde o primeiro projeto do Observatório (1996) anunciamos a necessidade da adoção de um enfoque holístico em nosso trabalho, que nos permitisse compreender as mudanças das metrópoles como resultantes das três dinâmicas que organizam as nossas linhas de pesquisa: relação economia e território (linha I), relação entre sociedade e território (linha II) e relação entre Estado e território (linha III). No entanto, a nossa prática de pesquisa tem sido realizada de maneira fragmentada, sem que tenhamos buscado integrar os conhecimentos e informações geradas no plano das linhas e mesmo no dos projetos de pesquisa.

Superar essas lacunas na busca da realização dos nossos objetivos é uma tarefa complexa e plena de desafios, especialmente em se tratando de um projeto coletivo e realizado em rede. Creio, não obstante, ser fundamental empreendermos nosso esforço nessa direção, no momento em que nos preparamos para concluir o programa INCT. Enfrentar as dificuldades decorrentes da complexidade desta tarefa se justifica por vários motivos. Em primeiro lugar, os motivos acadêmicos, na medida em que devemos e podemos aproveitar o enorme potencial presente em uma rede de pesquisa, traduzido pela sua pluridisciplinaridade da rede e pelo acúmulo de reflexões e de análises, pela competência técnica para usar amplas e sistemáticas bases de dados e pelos sofisticados procedimentos técnico-metodológicos. Em segundo lugar, pelos novos horizontes que vêm surgindo e que possibilitarão ao Observatório ingressar em uma etapa de interlocução com o debate internacional sobre as mudanças urbanas. Com efeito, em consulta rápida via *web* sobre o

tema *urban comparatives studies*¹, evidencia-se a importância deste tema nos mais relevantes centros acadêmicos das universidades americanas e europeias. O Observatório vem, ao mesmo tempo, buscando articulações acadêmicas Sul-Sul, em especial com países da América Latina, que justificam também a necessidade de enfrentarmos os desafios mencionados. Além das razões apontadas, elaborar uma estratégia consciente de análise comparativa, menos intuitiva e descritiva, torna-se importante neste momento de nosso programa de pesquisa, em função da necessidade de participarmos ativamente da atual conjuntura do campo intelectual-acadêmico, na qual estão em disputa várias vertentes de pensamentos propondo, cada uma, interpretações das mudanças macroeconômicas e macrosociais do Brasil, às quais se associam, naturalmente, projetos políticos de futuro. Trata-se de um debate não apenas alimentado por fatos que vêm ocorrendo no país, nestes últimos 20 anos (crescimento econômico, distribuição da renda, novas posições na estrutura social, inclusão social via consumo, emergência de um discurso desenvolvimentista por atores do Estado, etc.), mas também pela leitura das mudanças estruturais na dinâmica global da expansão do capitalismo, e pelos claros efeitos da diminuição da hegemonia do projeto neoliberal.

Temos, portanto, razões fundamentadas para enfrentarmos os desafios da comparação. Duas tarefas nos parecem fundamentais. A primeira, como enunciamos acima, é a construção da estratégia metodológica e, a segunda, a construção das hipóteses que orientarão a realização da comparação. Falamos em estratégia comparativa em razão da existência de amplo debate teórico sobre o uso do método comparativo nas ciências sociais, cujo conhecimento é necessário para adoção de orientações conscientes dos trabalhos empíricos. Pretendemos na segunda parte deste texto sugerir algumas direções que podemos adotar para a construção de uma estratégia metodológica para avaliarmos comparativamente as mudanças das metrópoles no período 1980/2010. Como sabemos, nas ciências sociais a metodologia adotada, bem como a estratégia da sua operacionalização - na forma de procedimentos -, depende diretamente do problema que buscamos explicar. Portanto, devemos enunciar de maneira fundamentada o que entendemos por mudanças das metrópoles, o que somente é possível se construir um conjunto de hipóteses teoricamente argumentadas com as quais devemos buscar interpretar os dados empíricos. Em se tratando de pesquisa comparativa, a construção destas hipóteses é ainda mais fundamental, pois, em nosso caso, trata-se de comparar a metrópole brasileira conceitualmente construída, com as metrópoles empiricamente descritas através da nossa metodologia e dos procedimentos técnicos que adotamos em nosso programa de pesquisa.

O que estamos buscando enunciar com esta formulação? Que a comparação entre casos se realiza à luz de um fenômeno conceitualmente construído, e não entre os casos empíricos. Por exemplo, os estudos comparativos realizados por Saskia Sassen sobre Nova

¹ Ver a este respeito SMITH, M. EDITORIAL—Just How Comparative is Comparative Urban Geography? A perspective from archaeology.

York, Paris, Londres e Tóquio se realizaram a partir de um conceito que é a *cidade global*, construído através de um conjunto de operações dedutivas-indutivas. Este conceito não é resultante da análise empírica, mas de seu pressuposto analítico.

Não se trata, portanto, de comparar as mudanças de São Paulo com as mudanças do Rio de Janeiro e com as ocorridas em Belo Horizonte, por exemplo. Esta operação apenas nos levaria a *análises ideográficas* sobre as metrópoles e suas dinâmicas de transformação, sem atingir o nível analítico necessário à comparação interpretativa.

Coloca-se, portanto, como tarefa inicial a todos nós, construirmos conceitualmente a metrópole brasileira e suas transformações no período 1980-2010.

O objetivo deste texto é contribuir nesta direção. Como já anunciado em nossas reuniões, assumimos como ponto de partida comparar as mudanças ocorridas nas metrópoles na dimensão expressa através da Linha II do nosso programa de pesquisa. Na proposta submetida ao CNPq/FAPERJ, os projetos previstos nesta linha têm como objetivo geral evidenciar que “os processos socioespaciais que organizam internamente as metrópoles brasileiras” (e que) “têm enorme importância na compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, através de seus efeitos sobre a estruturação social, sobre os mecanismos de produção/reprodução de desigualdades e as relações de interação e sociabilidade entre os grupos e classes sociais. Para fins da pesquisa trabalhamos com a distinção e conceituação de três processos de organização social do território metropolitano: diferenciação, segmentação e segregação” (Projeto INCT, 2008).

Por outro lado, assumimos a hipótese segundo a qual as mudanças macroeconômicas e macrosociais em curso no Brasil no período dos anos 1980-2010 tornariam ainda mais relevante a compreensão dos efeitos da organização social do território metropolitano em consequência da desarticulação dos **modos de integração econômica** constituídos na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Com efeito, tomamos como chave para a nossa análise de mudança “o conceito de modos de integração econômica” formulado por Polanyi (2000) e utilizado por Harvey (1973) em seu pioneiro estudo sobre a cidade e a justiça social e, contemporaneamente, por Mingione (1991). Partimos da identificação das três esferas de relações sociais que determinam os recursos acessíveis no plano do bairro e do domicílio. Estes recursos são essenciais nos processos de integração e exclusão, na medida em que são necessários para a plena participação na sociedade. Eles se apresentam sob a forma de três distintos modos de interação: as trocas mercantis, a redistribuição institucional e a reciprocidade interpessoal, os quais, pelo menos nas sociedades modernas, se interpenetram formando combinações características no tempo e no espaço que Mingione (1991) denomina “social mixes”. É a posição dos grupos sociais em relação a estes mecanismos e as formas como estes estão presentes nos planos domiciliares e do bairro que condiciona as relações destes grupos de integração ou de exclusão com o conjunto da sociedade. A análise da existência destes modos de integração, suas articulações, as condições que regulam a mobilidade entre eles permitem avaliar o quanto

estamos diante ou não de dinâmicas de coesão ou fragmentação socioterritorial de uma dada metrópole. Na maioria das metrópoles contemporâneas dos países desenvolvidos, podemos admitir que o mercado seja a esfera dominante de acesso aos recursos. Entretanto, esta esfera convive com a redistribuição realizada pelos regimes de bem-estar social que se implantaram nestes países. “As metrópoles brasileiras são, basicamente, produtos da predominância das esferas do mercado e da reciprocidade, na ausência de um sistema estatal de bem-estar social bem estabelecido. Este é um fato de alta relevância, uma vez que o desenvolvimento de um capitalismo urbano-industrial altamente concentrador de renda, riqueza e poder característico do processo de acumulação no Brasil tem sido, em parte, viabilizado pela vigorosa esfera da reciprocidade que tem suas bases na formação de bairros operários e populares que se constituíram em verdadeiros *hinterlands* supridores de bens e serviços que atendem às necessidades (individuais e coletivas) de reprodução deixadas de fora da forma salário²” (Projeto INCT, 2008).

“Esta problemática teórica fundamenta em nosso projeto a hipótese de que “os novos fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação espaciais, relacionados ao quadro de crise das relações de integração com o mercado de trabalho e ao avanço da modernização cultural com o conseqüente incentivo ao *ethos* individualista, interferem significativamente sobre as bases institucionais da manutenção desta esfera de integração, alterando o “social mix” brasileiro e produzindo processos de exclusão, cuja manifestação mais visível é a constituição de territórios de grupos desafiliados (Castel, 1995) da sociedade e vulnerabilizados quanto às possibilidades de recriar dinâmicas individuais e coletivas de integração. Esta situação torna-se mais complexa se considerarmos que ao menos nos 15 últimos anos surgiram tendências, tendências de universalização em alguns setores da política social, notadamente da saúde e da educação, que promovem através do Estado o acesso a certos recursos até então controlados exclusivamente pelos mais ricos e poderosos. Porém, esta promessa de democratização de oportunidades pode hoje esbarrar nas limitações de apropriação real dos grupos sociais em razão dos efeitos anômicos da desestruturação em curso no plano do domicílio e do bairro que dificultam a reprodução dos laços de reciprocidade historicamente constituídos” (Projeto INCT, 2008).

² Vale a pena mencionar a passagem do livro de Harvey que nos inspirou nesta formulação. “A metrópole contemporânea em países capitalistas é uma verdadeira sobreposição de formas urbanas construídas à imagem de reciprocidade, redistribuição e mercado de troca. A mais-valia, como é socialmente definida na ordem capitalista, circula dentro da sociedade; move-se livremente ao longo de alguns canais, embora se manifeste em forma física, através do fluxo de bens, serviços e informação, a construção de medidas do movimento, etc., e na medida em que as formações sociais dependem em sua coerência da proximidade espacial, encontraremos, também, uma economia espacial intrinsecamente expressa, mas tangível. É tese central deste ensaio a de que juntando estruturas conceituais em torno (1) do conceito de excedente, (2) do conceito de modo de integração econômica e (3) dos conceitos de organização espacial, chegaremos a uma estrutura superior para interpretar o urbanismo e sua expressão, a cidade” (HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**, 1973, p. 210).

A problemática teórica formulada para a Linha II e as hipóteses de pesquisa dela decorrente deveriam se materializar em um conjunto de estudos que percorreriam as seguintes dimensões analíticas.

- “(a) Análise da dinâmica e evolução da organização social das metrópoles.
- (b) Análise dos mecanismos produtores do espaço metropolitano relacionados à dinâmicas demográfica e imobiliária.
- (c) Análise das relações entre organização social do espaço metropolitano e as desigualdades sociais em matéria de acesso às condições urbanas de vida, às desigualdades por cor e à estrutura de oportunidades.
- (d) Estudos de caso de tipos de espaços que expressam a organização social do território das metrópoles.
- (e) Aprofundamento conceitual e metodológico do quadro de referência que vem sustentando o modelo de análise dos fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação residencial aqui apresentado e a interpretação do seu impacto na vida social da metrópole” (Projeto INCT, 2008).

Tendo como referência estes pontos de partida do nosso Programa de Pesquisa no que concerne à Linha II, passamos em seguida à parte do presente documento que propõe um quadro de questões que fundamentam a problemática teórica e as hipóteses do projeto. A preocupação central do texto é avançar na formulação conceitual da *metrópole brasileira* constituída pelas condições econômicas, políticas, sociais e geográficas concretas que presidiram o desenvolvimento do *capitalismo periférico e associado*³. O nosso ponto central é a compreensão de que a articulação do *mix* de modos de integração econômica com a organização social do território, com os padrões de sociabilidade e com as formas de intervenção pública resultou na constituição de uma *ordem urbana da metrópole liberal-periférica*. São necessários dois comentários que justificam preliminarmente o uso deste conceito, cujos fundamentos são apresentados de maneira mais sistemática na primeira parte deste documento.

O primeiro se refere à parte do conceito que se refere à metrópole e à periferia. O centro da nossa argumentação é que como semiperiferia da economia-mundo capitalista em nosso território constituiu-se o fenômeno metropolitano como centro de poder econômico e político que nos articula com o moderno sistema mundo capitalista. Trata-se, é claro, desde a sua origem, de poderes inseridos em uma estrutura metrópole-satélite como havia formulado classicamente Andrew Gunder Frank em seu famoso texto “Desenvolvimento do

³ Seria necessária a devida qualificação teórica desta ideia na medida em que ela implica em uma concepção da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo que se distancia das concepções ortodoxas marxistas. Essa qualificação se encontra de forma esboçada no final do capítulo 2.2. do presente texto.

Subdesenvolvimento Latino Americano”⁴. Portanto, a relação entre as nossas metrópoles e a mundialização econômica está na origem mesmo do seu surgimento. Com efeito, desde a fase colonial temos o fenômeno da metropolização entendido como centros urbanos que têm suas dinâmicas de organização e funcionamento decorrentes de duas órbitas de influência: para fora, como satélite de uma ordem econômica hierárquica que materializa a divisão mundial do trabalho e nos liga à economia-mundo e para dentro, como centro de poderes econômicos e políticos que domina o território interno. Esta ordem econômica hierárquica da economia-mundo já formava desde a sua origem no século XVI uma rede urbana mundial. A função dos grandes centros urbanos dos países periféricos seria a de assegurar a transferência de excedente para os países que formam o núcleo dominante da economia-mundo. Entretanto, as mudanças geoeconômicas e geopolíticas ocorridas na segunda metade dos anos 1950 redesenharam a geografia da divisão mundial do trabalho em razão da descentralização do aparato produtivo industrial capitalista em direção a alguns países da periferia, surgindo novos centros de acumulação e valorização do capital internacional. Como já demonstrado pelos autores que fizeram a crítica das teses estagnacionistas presentes no pensamento *dependentista*, estas transformações tornaram possível o desenvolvimento capitalista associado e periférico (na verdade semiperiférico) em alguns países, entre eles no Brasil. Ou seja, como internalizamos parte da dinâmica de acumulação e valorização do capital pela industrialização, o fenômeno da metropolização no Brasil se diversifica como fenômeno ecológico-econômico e ecológico-demográfico. Criamos uma rede urbana complexa e diversificada que articula o nosso território nacional com esta dinâmica de expansão capitalista periférico-associada. Criamos, portanto, subcentros metropolitanos que exercem funções de satélites da metrópole primaz constituída por São Paulo. Ou seja, após os anos 1950, ocorreu no espaço nacional uma diferenciação econômica e política em consonância com a diferenciação do modelo centro-periferia no plano das interpelações entre as nações. O fundamento das duas dinâmicas de diferenciação é o mesmo: a distribuição desigual do capital industrial e as diferenças das condições específicas de valorização do capital entre as nações e entre as regiões das nações. No caso brasileiro, apesar da constituição de uma estrutura produtiva diversificada e complementar com a implantação e consolidação de setores de insumos básicos – com a participação de setores do capital estrangeiro, nacional e do Estado –, a essência da nossa condição de capitalismo periférico e associado não se transformou, mas a referida constituição nos colocou na posição de semiperiferia na hierarquia da economia-mundo capitalista. Internamente, essa condição criou uma rede urbana nacional marcada pela diversificação do território nacional segundo a posição que as regiões ocupam no processo de acumulação do capital industrial e na valorização. Com base na literatura sobre a expansão regional brasileira nos anos 1980 e 1990, a leitura desta diversificação interna podia ser traduzida da seguinte maneira:

⁴ FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Zahar: Rio de Janeiro, 1973.

- a. Centro. Materializado pela existência de São Paulo como metrópole primaz exercendo o duplo papel de centro nacional e de metrópole internacional. Espaço que realiza fortemente a nossa articulação externa e interna. Interna por ser o centro da produção industrial brasileira. Externa, por ser o polo de articulação do país com a dinâmica financeira que organiza e centraliza os nossos laços de interdependência com a economia mundial no âmbito da acumulação e, em especial, na esfera de valorização.
- b. Centro ampliado ou periferia dinâmica. Incorpora o espaço compreendido pelo triângulo industrial brasileiro – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Inclui a periferia agrícola do entorno da metrópole de São Paulo, o interior do estado de São Paulo. Outra parcela desta periferia dinâmica seria constituída pelos estados do Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Trata-se de um espaço com características agrícolas e industriais muito próximas às que prevalecem no coração do país.
- c. A periferia agrícola integrada. Conformada pelo espaço da expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste do país, iniciada já nos anos 1970, as áreas dos agronegócios e dos grandes projetos mineradores dos estados amazônicos e alguns territórios do Nordeste.
- d. A periferia marginalizada. É a conformada pelos estados do Nordeste.

O segundo comentário se refere aos fundamentos do uso do adjetivo liberal no conceito. Buscamos com esse adjetivo lançar luz sobre a dinâmica econômica, social e territorial que organiza internamente as nossas metrópoles periféricas. Como vamos procurar argumentar mais adiante, a suposição é que a precariedade do *habitat* urbano constituído em nossas grandes cidades, suas imensas desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços coletivos, os enclaves urbanos onde moram os segmentos superiores da estrutura social, sua desmesurada expansão territorial, a *desgovernança* das ações públicas, as favelas e periferias pobres, ou seja, todos os traços marcantes das nossas grandes cidades, seja na sua dimensão ecológica-demográfica-econômica ou na dimensão das características da sociedade urbana, resultam da ação das forças liberais-internacionalizantes que dirigiram a nossa constituição como semiperiferia da expansão da economia-mundo e que bloquearam o surgimento do segundo movimento previsto por K. Polanyi na expansão do capitalismo. Ou seja, um processo de autoproteção nacional e social diante dos efeitos desarticuladores do mercado autorregulado.

Por essa razão, a nossa urbanização é produto de um *laissez-faire* cuja explicitação da sua dinâmica e de seus efeitos é fundamental para a interpretação analítica da ordem urbana que organiza a nossa metrópole. Por outro lado, esta ordem urbana tem suas características fundadas no papel exercido pela acumulação urbana na constituição,

manutenção e legitimação do bloco interno de poder que conduziu e negociou a nossa inserção periférica e é associada ao desenvolvimento do capitalismo.

Estas ideias pretendem superar o que consideramos limitações conceituais de termos utilizados correntemente em nossa literatura que pretendem dar conta da dimensão da nossa historicidade capitalista: *global e subdesenvolvida* (Ablas, 1993); *metrópole do subdesenvolvimento industrializado* (Kowarick, 1998, 2000) e *metrópole-orntorrinco* (Fix & Arante, 2004). Mencionamos estas expressões apenas como ilustrações, não se constituindo, portanto, de uma revisão da literatura.

Assinalamos ainda que as reflexões aqui expostas expressam, em certa medida, o debate construído em torno do conceito de *urbanização dependente* que envolveu as formulações de Manuel Castells, Anibal Quijano, Paul Singer, entre outros autores que buscaram entender a historicidade da urbanização na América Latina a partir de um marco teórico de compreensão do capitalismo próximo ao que assumimos nas presentes notas.

Por último, reiteramos o caráter provisório destas notas. O objetivo é formalizar algumas ideias que podem servir de orientação teórico-metodológica para o empreendimento analítico e comparativo das mudanças do que estamos denominando a ordem urbana das metrópoles brasileiras.

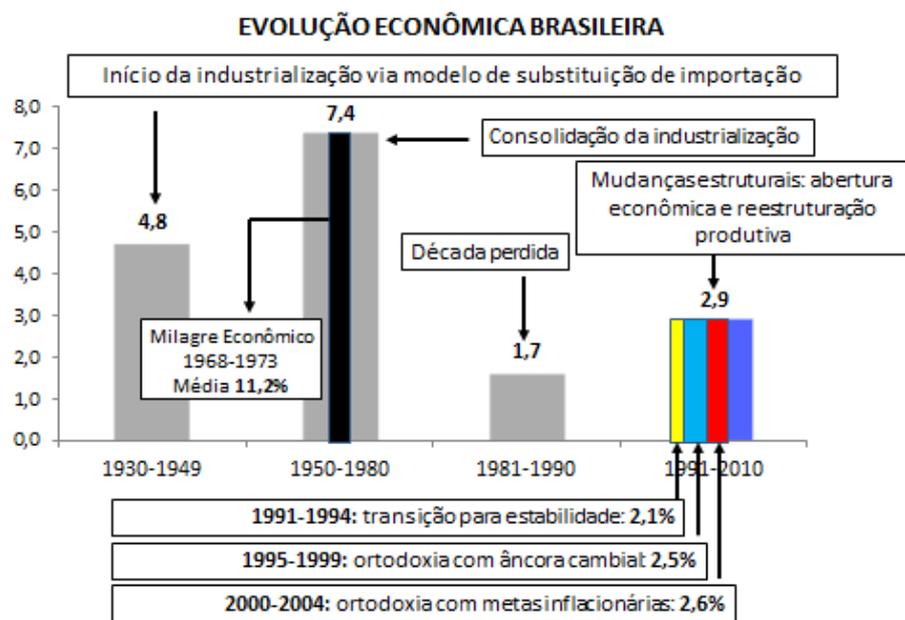
1. INTRODUÇÃO

O nosso projeto fundou-se, desde a sua primeira versão, na suposição de que deveríamos analisar as metrópoles brasileiras sob a ótica da mudança social. A proposta apoiava-se numa interlocução com a bibliografia internacional produzida nos anos 1980 sobre as transformações das grandes cidades sob o duplo impacto da globalização econômica e da reestruturação produtiva. Por isso, foram de grande importância para essa proposta as análises de John Friedland e Saskia Sassen sobre o surgimento de um novo tipo de fenômeno urbano caracterizado conceitualmente como “cidade global”. Também nos inspiraram análises de vários autores (Roger Boyer, Michael Storper, Alain Lipietz, entre outros) sobre as transformações do capitalismo após a segunda metade dos anos 1970 e seus impactos territoriais, especialmente os que alinhavam em torno dos conceitos de reestruturação produtiva e da acumulação flexível. O debate sobre as chamadas *global cities* ocupa ainda lugar de destaque na universidade e a polêmica em torno da interpretação dos efeitos da globalização expressa, na verdade, o confronto entre os paradigmas da pós-industrialização e o da reestruturação produtiva. Assim, chamamos a atenção para a dificuldade de se concluir sobre tendências universais e inexoráveis da globalização, em razão das diferenças de trajetórias históricas entre as cidades no movimento de transformação de sua base econômica, ao serem incluídas nos macroprocessos de globalização. O que significa dizer que as condições econômicas, sociais, institucionais e culturais locais podem ser fatores importantes na compreensão dos resultados sociais, espaciais e políticos da transformação das bases econômicas das metrópoles brasileiras.

O ponto de vista da mudança em nosso projeto também se relacionava com a interpretação sobre as transformações da sociedade brasileira em curso desde os anos 1980, como consequência da crise do modelo de desenvolvimento por substituição de importação. Para o decênio 1990/2000 assumimos nos projetos Milênio e INCT a hipótese de mudanças nas metrópoles decorrentes de um *ajuste defensivo*⁵ (nos planos do mercado e do Estado), da maior inserção da economia brasileira na economia globalizada e das transformações liberais operadas pelo Estado nas relações econômicas e na própria organização do setor público.

O gráfico abaixo sintetiza os períodos da evolução econômica na fase da industrialização. Como se depreende da leitura, identificamos três largos períodos compreendidos: substituição das importações (1930/1980), crise (1981/1990) e transição em direção a uma nova fase de expansão, cujas marcas são a abertura econômica e a reestruturação dos padrões de organização produtiva.

⁵ COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997. Ver também: COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: Papyrus, 1994.



Para a análise do período 2000/2010 no qual podemos concentrar a nossa análise comparativa em razão dos dados disponíveis - embora para algumas metrópoles possamos trabalhar com o período 1980/2010 - temos o desafio teórico de retomar esses dois conjuntos de hipóteses, considerando as transformações econômicas e políticas do período 2003-2010. Quais são nossas hipóteses de trabalho para qualificar esse período e pensar as mudanças (ou continuidades) nas três linhas que organizam o nosso programa de pesquisa?

A seguir, procuramos propor algumas reflexões nessa direção. Começamos propondo possíveis caminhos para a interpretação das macros transformações da economia política brasileira. Em seguida, buscamos organizar um quadro de referência que possa nos orientar na construção de hipóteses com as quais possamos interpretar comparativamente as mudanças da ordem urbana das metrópoles no período 1980/2010. Na última parte do presente texto, apresentamos uma reflexão sobre os modelos metodológicos de comparação sobre as mudanças das metrópoles.

2. MUDANÇA DE MODELO DE DESENVOLVIMENTO?

Como analisar o período 1980/2010? Podemos falar de transição de modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro? A questão se justifica por três razões. Por um lado, pelo fato de o pensamento social brasileiro ter construído uma interpretação das particularidades históricas do desenvolvimento econômico do Brasil no contexto do capitalismo periférico, especialmente de 1950 a 1980. As bases dessa interpretação são a constatação da internalização parcial das condições da reprodução do capital, como proposto pela “Escola de Campinas”, e a manutenção da heterogeneidade estrutural da sociedade. Por outro lado, tal interpretação esteve presente nas várias leituras da constituição das várias dimensões do “urbano” constituído por esse padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil. Com efeito, esteve presente nas questões colocadas na agenda acadêmica sobre as características da nossa urbanização, seja sobre a dimensão ecológico-demográfica da nossa rede urbana (macrocefalia urbana? urbanização dispersa?), ou ecológico-econômica (colonialismo interno? descentralização concentrada da estrutura produtiva?), ou sobre a estrutura urbana (marginalidade urbana? classes sociais? segregação residencial?) ou seja, ainda, sobre a dimensão institucional da nossa ordem urbana (cidadania urbana? cultura urbana híbrida? política urbanas neocorporativas?). A segunda razão decorre dos dados sobre o período que atravessamos, especialmente a partir dos anos 2000, que parecem apontar para processos de transformação de vários aspectos do que se designava como heterogeneidade estrutural: ampliação do mercado interno pela incorporação das camadas populares, diferenciação da estrutura social, expansão do emprego formal, expansão da cidadania urbana, políticas sociais e urbanas universais, etc.). Finalmente, esses fatos têm sido objeto de debate acadêmico e político em torno da reinterpretção do padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil. Segundo Filgueiras (2013), na sociedade brasileira estão em disputa visões interpretativas no período pós 1980 que creio poderem ser sintetizadas entre três grandes correntes: de um lado, os que se colocam no campo da afirmação dos fundamentos neoliberais de alguma forma experimentados na “Era Collor-Fernando Henrique”, uma segunda corrente que se organiza em torno dos “ideais desenvolvimentistas” mais ou menos traduzidos em forças políticas presentes nos aparelhos do Estado desde o início da Era Lula-Dilma e uma terceira que considera que, não obstante os sinais de mudanças, estão presentes fatores internos (bloco no poder) e externos (inserção na economia internacional) que expressam uma dinâmica liberal-periférica⁶.

⁶ Em função dos objetivos deste texto, estamos simplificado a análise das correntes presentes neste debate examinadas por Filgueiras (2013). Segundo o autor: “As distintas posições políticas e teóricas participantes desse debate podem ser agrupadas em dois grandes campos. De um lado, estão aqueles que consideram que tanto esse padrão, quanto a inserção internacional do país e as políticas macroeconômicas comerciais atualmente implementadas, tem capacidade de reduzir a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos. Nesse primeiro campo, se destacam duas interpretações. A primeira, que se pode definir como

Parece-nos, portanto, importante que o nosso projeto de interpretação sobre as mudanças ocorridas nas metrópoles brasileiras no período 1980/2010 tenha algum posicionamento a respeito deste debate. Não apenas por implicar na análise da conjuntura na qual se insere o período durante o qual pretendemos interpretar as mudanças nas metrópoles, mas também em razão de as posições em debate expressarem, implícita ou explicitamente, distintas visões sobre a historicidade do Brasil como um capitalismo conformado por dinâmicas e processos particularidades. Mas, sendo impossível neste momento a apresentação e discussão de todas as vertentes deste debate, vamos nos concentrar na apresentação, ainda que sumária, na matriz que se organiza em torno do modelo baseado no paradigma do modelo liberal-periférico. As razões desta escolha decorrem das “afinidades eletivas” desta análise com as reflexões teórico-metodológicas que exporemos na terceira parte deste texto.

2.1. Neoliberalismo Periférico

As interpretações organizadas em torno do conceito de *neodesenvolvimentismo* se caracterizam pela postulação da existência de significativa inflexão da rota neoliberalizante que orientou a política econômica nos anos 1990, a partir de 2003, rompendo com o ciclo de acumulação fundado na financeirização da riqueza. Os dois governos Lula expressariam a constituição de uma nova correlação de forças políticas capaz de sustentar um novo ciclo desenvolvimentista, expresso nos avanços da economia fundada pelo dinamismo do seu

ortodoxa neoliberal-neoclássica, considera que as reformas e políticas neoliberais implementadas nos anos 1990 foram as causas fundamentais da retomada do crescimento no Governo Lula. Em especial, destaca que a reestruturação produtiva, impulsionada pela abertura comercial e financeira, elevou a produtividade da economia brasileira e deu maior competitividade internacional às empresas instaladas no país. Além disso, afirma que a política macroeconômica adotada a partir do final dessa década garantiu a estabilidade macroeconômica, condição prévia para o retorno dos investimentos e a retomada do crescimento. No entanto, tem criticado tanto a interrupção das reformas quanto o relaxamento do tripé macroeconômico e o maior ativismo do Estado, promovidos pelo Governo Lula.

A segunda, de viés keynesiano-estruturalista e desenvolvimentista ou Social-Desenvolvimentista, acredita que o país, a partir de 2006, sofreu mudanças fundamentais que superaram as políticas neoliberais até então adotadas e levaram à constituição de um novo padrão de desenvolvimento virtuoso - apoiado na expansão do mercado interno e caracterizado pelo crescimento com distribuição de renda.

De outro lado, pode-se identificar um segundo campo que agrupa posições políticas e teóricas pós-keynesianas/neoestruturalistas (Novo-Desenvolvimentismo) e marxistas. Para esse grupo, o atual padrão de desenvolvimento está redefinindo o perfil da estrutura produtiva do país e de sua pauta de exportações, distanciando-o da fronteira tecnológica e permanente movimento. Como expressão e consequência das características estruturais desse novo padrão, o país caminhou para uma especialização produtiva/comercial regressiva e aumentou a sua vulnerabilidade externa estrutural – inclusive com retorno da vulnerabilidade externa conjuntural, que havia sido reduzida nos últimos anos – quando da fase ascendente do ciclo econômico internacional. Além disso, destacam que as atuais políticas macroeconômica e comercial, bem como a abertura financeira, são determinantes dessa situação, pois reforçam a tendência de uma inserção internacional de natureza passiva – que leva à especialização regressiva e à desindustrialização.” (Filgueiras, 2013. p. 4-5).

mercado interno, por expansão do emprego formal, pela distribuição da renda, pela constituição de uma ampla política de proteção social e pela retomada do papel planejador e regulador do Estado.

Tal análise foi postulada, por exemplo, pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos que, em janeiro de 2011, publicou na revista **Carta Capital** um longo texto comparando políticas públicas do Governo Lula com o de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. Wanderley Guilherme dos Santos apresenta uma avalanche de indicadores positivos obtidos durante o governo Lula. O cientista político defende a ideia do nascimento de um “Novo Brasil” entre os anos de 2003 e 2011: crescimento econômico, inflação sob controle, expansão do emprego e redução das desigualdades sociais. Em sua conclusão, o autor procurou negar as afirmativas segundo as quais a popularidade de Lula tinha sido obra de marketing, sustentando que ela foi resultado de ações do governo cujo balanço contraria as visões das elites tradicionais e conservadoras. O governo Lula, para ele, produziu números relevantes que, mal tratados, como fizeram aquelas elites, com interessada subserviência, disfarçam as reais transformações. E vai além, deixando nas entrelinhas que essas transformações só seriam possíveis no Governo Lula, porque tentativas anteriores teriam conduzido o País ao limite da anarquia política e à desorganização das contas públicas. Para ele, portanto, um sistema de valores e de práticas de perfil tradicionalmente elitista deu lugar a uma orientação de governo comprometido com a promoção econômica, social e cultural da vasta maioria de trabalhadores brasileiros, em particular, de suas camadas mais pobres. E, com isso, houve uma redução na intensidade dos conflitos que as elites conservadoras sempre empurraram para frente. O absoluto respeito por parte do Executivo às regras do jogo e às demais instituições do País, como judiciárias, legislativas e estaduais, é, na opinião dele, um dos aspectos incluídos no reconhecimento de que a população dispensou ao governo.

Em contraposição, um grupo de economistas tem buscado demonstrar a continuidade da lógica econômica fundada na financeirização da economia. Em vários textos⁷ os integrantes do grupo buscam gerar evidências empíricas e construir argumentos que permitem identificar a existência de uma linha de continuidade entre os governos de FHC e de Lula, expressa pela manutenção do modelo econômico “*intrinsecamente instável e gerador de vulnerabilidade externa estrutural*”. Entretanto, observam que a conjuntura internacional favoreceu a flexibilização dos constrangimentos que subordinam histórica e estruturalmente a economia nacional à lógica da financeirização internacional, traduzida na política macroeconômica pela diminuição da taxa de juros, ampliação do crédito e a

⁷ GONÇALVES, R. Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. Reinaldo Gonçalves, 22 agosto 2011. FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C. e BALANÇO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69. Ver também: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/reducao_da_desigualdade_da_renda_governo_lula_analise_comparativa_reinaldo_goncalves_20_junho.pdf; http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/filgueiras_et_al_2010_otim.pdf

expansão dos gastos públicos em investimentos. No plano da proteção social, a flexibilização permitiu a ampliação da política de transferência de renda constituída no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, considerada limitada pelos seus fundamentos focalizados, e a adoção de uma política de valorização real do salário-mínimo. Vejamos:

“Os resultados mais importantes dessa flexibilização foram maiores taxas de crescimento da economia e redução das taxas de desemprego, com a ampliação do mercado interno, uma pequena melhora (na margem) da distribuição funcional da renda e, sobretudo, na distribuição pessoal (portanto, no interior dos rendimentos do trabalho). Adicionalmente, reduziram-se os níveis de pobreza considerados mais dramáticos – conforme definido por “linhas de pobreza” subestimadas, próprias das políticas sociais focalizadas. Concomitantemente, essa flexibilização da política macroeconômica está sendo acompanhada pela presença mais incisiva do Estado no processo econômico, através das empresas estatais – especialmente, a Petrobras e os bancos oficiais – e dos fundos de pensão comandados pela aristocracia sindical. Com isso, vem se alterando, aos poucos, o bloco de poder político dominante no país, alteração esta que é, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma nova acomodação e, sobretudo, fortalecimento do modelo econômico vigente. À hegemonia financeiro-exportadora (bancos e agronegócio) que comanda a economia brasileira, vieram se juntar segmentos nacionais do grande capital, articulados por dentro do Estado” (Filgueiras, L.; Pinheiro, B., *et al.*: 2010, p. 37-38)

Para estes autores, a flexibilização dos constrangimentos da nossa expansão autônoma em relação à lógica da financeirização, especialmente pela retomada do protagonismo do Estado, estaria recriando a dinâmica do “capitalismo associado⁸” que preside historicamente a nossa expansão capitalista, especialmente pela recriação

“(…) Sob novas circunstâncias e de outra maneira, [do] o tripé capital internacional/Estado/capital nacional, agora sob a hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de sua lógica, com o reforço e internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais. Mais uma vez, coerentemente com a trajetória histórica do capitalismo retardatário brasileiro, o capital privado nacional vai a reboque do Estado – que se mostra peça fundamental na organização e legitimação do bloco de poder dominante. É a isto que se vem chamando de “novo desenvolvimentismo”, que, tal como o velho, sintetiza o capitalismo possível de existir na periferia do capitalismo na “era imperialista”, cujas características fundamentais são: dependência tecnológico-financeira, concentração de renda, exclusão social e democracia restrita. Por isso, o êxito de toda essa operação, tal como no “velho desenvolvimentismo”, tem necessitado de um elemento político essencial, qual seja: o “apaziguamento” e consentimento dos setores dominados, em especial a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais, redirecionando suas energias para apoiar as políticas do governo, com o atendimento marginal das demandas sociais dos setores subalternos da sociedade. Em suma, a situação internacional altamente favorável, a decisão política de “retorno” do Estado ao processo econômico e o consentimento dos setores subalternos permitiram ao governo Lula acomodar e compatibilizar interesses potencialmente conflitantes. De um lado, os juros, lucros e rendas das frações do grande capital financeiro, agronegócio, empresas estatais, fundos públicos, grandes grupos nacionais e, de outro, a ampliação do crédito para segmentos da população com menor renda, os

⁸ Expressão utilizada por vários intérpretes das particularidades do Brasil como país que se desenvolveu como um capitalismo tardio.

aumentos reais do salário mínimo e a ampliação da política social focalizada” (Filgueiras, L.; Pinheiro, B., *et al.*: 2010, p. 37-38).

2.2. Neodesenvolvimentismo X Neoliberalismo Periférico: projetos em disputa

A exposição sintetizada nesta apresentação talvez esquematizadora do debate deva merecer a nossa reflexão para fins da construção das hipóteses que devem orientar a nossa busca de análise comparativa sobre as possíveis mudanças em curso nas metrópoles ao longo do período 1980/2010. Neste sentido, creio ser interessante adotar como hipótese básica e geral o fato de estarmos diante do momento de transição histórica em vários planos da sociedade brasileira, cujo desenrolar como trajetória dependerá fortemente da dinâmica política. Estaríamos em momento de disputa de projetos históricos na sociedade brasileira e valeria a pena pensar as mudanças nas metrópoles não apenas como resultantes de dinâmicas contraditórias, mas como possível variável independente capaz de influenciar tal trajetória. Pensar nesta direção justifica-se em razão do papel que a cidade assumiu na consolidação do tripé capital internacional/Estado/capital nacional, mencionado anteriormente, sobre o qual falaremos mais adiante neste texto. Poderá ou não prevalecer o “Estado de Compromisso” identificado por F. Weffort (1978), com mais uma rodada de “fuga para frente” (Fiori, 1995) como estratégia de adiamento do processo de modernização e democratização do capitalismo brasileiro. Mas, poderá prevalecer o seu contrário, com rompimento dos laços que, estrutural e historicamente, ligam na formação histórica brasileira a modernidade com o atraso.

Estaríamos, então, em uma encruzilhada histórica, como propôs M. Pochman, marcada pela disputa entre a “política pelo Brasil da Fama (fazenda, mineração e maquiladoras) e o Brasil do Vaco (valor agregado e conhecimento)”. Quem está ganhando esta disputa? Como a cidade participa desta disputa?

Para refletir sobre esta pergunta, assumimos neste texto a hipótese da predominância do poder do capital financeiro no plano da economia global e da crescente subordinação da economia brasileira nas suas formas e condições de acumulação. Este argumento é desenvolvido de maneira sofisticada e convincente por Miguel Bruno⁹ no livro mencionado sobre o balanço dos anos Lula. Em sua conclusão, Bruno (2010, p. 101) constata a “perda de autonomia da política econômica frente aos mercados financeiros e aos detentores do capital”. Na concepção do autor, o Estado passou a internalizar o conflito distributivo entre setor financeiro, setor produtivo e trabalhadores, “arbitrando-o em favor dos dois primeiros, contribuindo significativamente para a elevação da participação dos lucros no produto” (*Ibid.*). Seria o papel do Estado um dos fundamentos da compreensão das razões pelas quais vêm ocorrendo no país, simultaneamente, a diminuição da desigualdade em que concerne a

⁹ BRUNO, M. – Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento, In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 71-107.

distribuição da renda pessoal e a manutenção da concentração da renda do capital em relação à renda do trabalho. Com efeito, em outro capítulo do referido livro escrito por Guilherme C. Delgado¹⁰, encontramos evidências desse fato. Veja a reprodução na tabela a seguir.

Tabela I - Participação do trabalho e do capital na renda interna: 2000-2006

| Anos | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2005 | 2006 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Parcelas da renda Interna | | | | | | |
| I.Renda Interna bruta | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Salários e ordenados | 32,10 | 31,96 | 30,90 | 31,09 | 31,74 | 32,64 |
| Benefícios sociais | 13,59 | 14,10 | 15,28 | 15,59 | 14,97 | 15,46 |
| II.Renda monetária do Trabalho (1+2) | 45,59 | 46,06 | 46,16 | 46,68 | 46,71 | 48,00 |
| III.Benefícios não-monetários | (8,48) | (8,30) | (8,72) | (8,34) | (8,12) | (8,57) |
| IV.Rendimentos do Capital | 45,37 | 44,47 | 45,29 | 45,91 | 44,51 | 43,80 |

Fonte: Delgado, G. C. (2010, p. 414).

O debate promovido pelo Estado e os meios de comunicação de massa a respeito da “distribuição da renda trata dos 45% da Renda Interna Bruta (igual ao Produto Interno Bruto) que vão para as pessoas físicas (183 milhões de brasileiros). A outra parte, que vai para as pessoas jurídicas (empresas principalmente) sob a forma de juros, lucros, dividendos, aluguéis, etc., cujo número de recebedores fica entre 1% a 2% da população, apropria-se de igual fatia da Renda Interna – algo em torno de 45%. Os 10% que fecham esta totalidade referem-se a recursos de manutenção e ampliação das máquinas burocráticas” (Delgado, 2010, p. 415).

Em sua análise, Miguel Bruno busca desvendar se vem ocorrendo no país uma redistribuição real da riqueza. A partir da constatação de que o mecanismo que operou a pequena melhora no rendimento do trabalho frente ao capital decorreu essencialmente dos benefícios monetários – previdência, assistência, seguro-desemprego, FGTS, PIS-Pasep – e da renda transferida pelo Programa Bolsa-Família (0,5% da Renda Interna), o autor conclui que não vem se constatando na sociedade brasileira alteração na concentração da apropriação da riqueza econômica. Para Miguel Bruno, a riqueza medida pela posse de

¹⁰ DELGADO, Guilherme C. Desigualdade social no Brasil. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 413-418.

ativos (direito de propriedade, ações, obrigações, títulos da dívida pública, valores imobilizados, terras, imóveis, bancos, empresas comerciais, industriais, etc.) continua se concentrando no Brasil como vem ocorrendo nos outros países capitalistas. A concentração da propriedade da terra rural é uma das expressões mais significativas deste traço da sociedade brasileira. Apesar do programa da reforma agrária e do MST (Movimento dos Sem-Terra), a propriedade fundiária rural vem se concentrando ainda mais com a expansão dos agronegócios.

A pergunta que se coloca a seguir é se podemos observar, em compensação, a melhora da distribuição da riqueza nacional pela ampliação do acesso aos serviços sociais prestados aos cidadãos e aos trabalhadores. Ou seja, a complementação da sua análise exigiria colocar em discussão se os direitos sociais vêm se constituindo no Brasil em mecanismo de efetiva desconcentração da riqueza nacional, por aumentar o bem-estar social e o acesso a oportunidades (educação, por exemplo). Embora Miguel Bruno reconheça melhora da universalização de determinados serviços sociais, sua resposta é negativa. Sem entrar na avaliação sobre a qualidade desses serviços sociais universalizados, seu argumento se centra na constatação de que o efeito redistributivo da riqueza nacional pela via dos direitos sociais implica em um sistema de financiamento público que se calcasse na tributação progressiva dos rendimentos e do patrimônio. Manter e ampliar benefícios e serviços do Estado do Bem-Estar requer crescentes aportes de recursos capturados pela tributação. Esta, por sua vez, precisaria, ademais, se pautar em uma progressiva taxação sobre os rendimentos e patrimônios. “Mas infelizmente não é esta a ideologia que dirige os destinos econômicos do país”. (*Ibid.*, p. 417).

Estes elementos de análise, apresentados de maneira sumária, parecem autorizar que exploremos a hipótese de a transição histórica significar a permanência da revolução passiva¹¹ como forma de evidenciar a predominância de uma dinâmica neoliberal. Apesar da retórica de contraposição à política neoliberal do período do governo Fernando Henrique Cardoso, a orientação política pós 2003 parece não se fundar na materialização do novo pacto nacional necessário ao rompimento da histórica subordinação do Estado ao capital, pressuposto de um modelo de desenvolvimento que não reproduza os traços liberais do período anterior. Segundo J. Fiori (1999), no período demarcado pela crise dos anos 1980 e no do governo FHC permaneceram as mesmas contradições e compromissos do pacto de dominação que comandou a nossa industrialização, que atrelou o Estado ao capital privado, fragilizando-o em sua capacidade política, institucional e fiscal para construir um projeto de desenvolvimento autônomo que consiga enfrentar os nossos históricos desequilíbrios e iniquidades sociais e regionais. Escrevendo o momento de afirmação da política neoliberal dos anos 1990, no qual o debate girava fortemente em torno da reforma do Estado, Fiori

11 A compreensão dos caminhos e do sentido particulares percorridos pela modernização brasileira através do conceito gramsciano de revolução passiva, assim como suas consequências políticas, vem sendo proposta por Luis Werneck Vianna em vários textos e livros. Ver, por exemplo, VIANNA, Luis Werneck. **A revolução passiva.** Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

afirmava que “as transformações que se impõem no momento são radicais e apontam para uma mudança qualitativa do papel do Estado. Uma mudança que deverá colocá-lo na posição de sustentáculo fundamental das estratégias empresariais de conquista dos mercados externos e de luta pelos mercados internos, além de promotor ativo de uma melhor distribuição da renda e das condições de vida da população. Só uma mudança deste tipo em um pacto nacional, que incorpore a população até hoje excluída, permitirá retomar o aparelho do Estado e dotá-lo da flexibilidade instrumental capaz de viabilizar um Estado ágil – interna e externamente – em suas intervenções, definidas por uma estratégia que solidarize os setores empresariais hegemônicos e as burocracias estatais, e que seja compatível com os ideais de dignidade e de cidadania populares, completamente ausentes, até hoje, da história política brasileira.” (Fiori, 1999, p. 115). Para Fiori (1999):

“(…) em grandes linhas, a proposta estratégica dos neoliberais determina que as nossas elites empresariais aceitem a ideia de trocar a fuga para frente por uma espécie de fuga para fora, sendo que para as populações que não puderem ser incorporadas à lógica desta nova estratégia, resta entre as elites mais compreensivas uma proposta assistencialista ampliada e moralizada ou simplesmente a expectativa de que a trajetória demográfica acabe resolvendo, em meados do século XXI, a velha questão malthusiana, cujo espectro assusta cada vez mais a nossa sociedade metropolitana” (Fiori, 1999, p. 115-116).

Em resumo, o cenário de rompimento com as tendências liberais historicamente inscritas em nossa industrialização pressupõe a construção de novo bloco histórico com capacidade política, institucional e fiscal de orientar o desenvolvimento nacional para objetivos de crescimento, regulação nacional e proteção social. A política do governo Lula, apesar dos seus efeitos em termos de distribuição da renda e da retórica desenvolvimentista parece não expressar de fato a reforma do Estado brasileiro pressuposta e, menos ainda, o bloco histórico mencionado. Por um lado, a diminuição da desigualdade de renda verificada no período dos governos Lulas expressa tendências históricas em curso desde os anos 1980 e, por outro lado, a sua aceleração após 2003 resulta de políticas combinadas com os efeitos de uma conjuntura macroeconômica favorável. Com efeito, a orientação da atual elite dirigente, em razão do seu pragmatismo e do seu projeto de poder– a governabilidade–, passou a fundar-se no crescimento econômico a todo custo e no uso de políticas distributivas, ao invés de redistributivas, que foram viabilizadas pela expansão do mercado internacional e por seus impactos positivos em nossa pauta de exportação de *commodities*¹²

¹² Esta hipótese é também defendida por Reinaldo Gonçalves em alguns textos dedicados a refletir sobre os fundamentos explicativos das políticas orientadas à distribuição de renda durante os dois governos Lula. Por exemplo, em artigo publicado comparando o fenômeno da redução das desigualdades de renda no Brasil com outros países da América Latina, Gonçalves constata que “o imperativo da governabilidade e a perpetuação no poder são determinantes das políticas redistributivas na região, independente do modelo econômico-político vigente em cada país; ou seja, as políticas redistributivas são funcionais na luta pelo poder político.” Por outro lado, “sem mudanças estruturais (e.g., reforma tributária) as principais políticas redistributivas na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, erguem a “linha de menor resistência”, visto que envolvem aumento do gasto público social e do salário mínimo real. No período 2003-08 essas políticas foram condicionadas, em grande medida, pela evolução favorável da economia mundial, via afrouxamento da restrição das contas externas e das contas públicas; a crise global em 2008-09 provoca reversão ou interrupção

sem a realização de mudanças estruturais dos fundamentos do capitalismo brasileiro. O resultado tem sido um “regime de crescimento”, para usar os conceitos de Miguel Bruno, que não permite de fato termos uma política econômica que nos desatrela dos laços da financeirização, portanto, de uma dinâmica que empurra o país para mais uma rodada liberal de crescimento econômico.

A manutenção de tendências que configuram um modelo liberal-periférico decorre dos obstáculos à construção de um bloco de poder que, aproveitando as oportunidades abertas com a fase de crise da hegemonia estadunidense¹³ no plano internacional, tenha a capacidade política de coesionar as forças internas em torno de um projeto de desenvolvimento fundado na proteção nacional da nossa base produtiva e que, ao mesmo tempo, exerça uma geopolítica internacional de inserção ativa das relações com a economia global.

2.3. O Liberalismo-Periférico como condição histórico-estrutural

Mas, para além desta razão política, reencontramos nesta conjuntura os condicionantes histórico-estruturais da nossa constituição como semiperiferia da expansão do moderno sistema capitalista, fato que tem sido objeto do pensamento social brasileiro desde Celso Furtado. Este elemento de análise nos interessa sobretudo por uma dupla razão: de um lado, porque nos permite introduzir em nosso arcabouço teórico de reflexão sobre as metrópoles e suas transformações a precisão conceitual do que estamos chamando de neoliberalismo (objeto da parte IV do presente documento); de outro lado, porque nos permite compreender as particularidades da nossa formação histórica que explicam o nosso desenvolvimento capitalista atrelado à dinâmica das forças de mercado, com o propósito de extrairmos dela alguns elementos teóricos para a compreensão da ordem urbana que constituiu as nossas metrópoles (objeto do próximo tópico do documento). Por estas duas razões nos parece importante explicitar melhor a nossa compreensão destes condicionantes histórico-estruturais.

Retomo algumas reflexões elaboradas para o texto¹⁴ apresentado no seminário sobre teoria urbana na América Latina, realizado na cidade do México em 2011. O ponto de partida é a leitura histórico-institucional da formação e expansão do capitalismo como

da tendência de queda da desigualdade na região (...). (GONÇALVES, Reinaldo - Redução da desigualdade da renda no Governo Lula. Análise comparativa, junho de 2011. Documento cedido diretamente por seu autor. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostra.php?idprof=77>).

¹³ A existência da crise da hegemonia americana bem como os seus possíveis desdobramentos não tem consenso entre especialistas como I. Wallerstein, G. Arrighi, J. L. Fiori, entre outros.

¹⁴ RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles do pensamento urbano latino-americano. Reflexões para uma teoria urbana do processo de metropolização. Texto apresentado no Seminario Taller Internacional, Teorías sobre la ciudad contemporánea en América Latina, que ocorreu na Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, México DF, entre os dias 17 e 20 de outubro de 2011.

economia-mundo e sistema interestatal, formulada por G. Arrighi¹⁵, F. Braudel¹⁶ e Charles Tilly¹⁷. A economia-mundo vem se expandindo a partir da Europa desde o século XV sob dois movimentos históricos: a construção da ordem interestatal, dando nascimento aos Estados Territoriais, e depois aos Estados Nacionais e à construção da ordem industrial.

O mundo capitalista foi constituído por uma ordem gerada pela aliança entre os donos do poder e os donos do dinheiro. Esta aliança fez nascer um capitalismo globalizado desde seu início e que se desenvolve tendo como força a dinâmica de um sistema de competição interestatal. Esta dinâmica criou uma geografia mundial baseada na constituição de sucessivos núcleos, semiperiferias e periferias.

A formação do Estado-Nação e a constituição da ordem industrial nos países do centro da economia-mundo capitalista desencadearam um duplo movimento histórico, responsável pela Grande Transformação do capitalismo entre os séculos XIX e XX. Este movimento histórico, para K. Polanyi, apresenta dois princípios organizadores da sociedade (liberal), cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado autorregulado, que dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre-comércio como seus métodos. O outro foi o princípio de proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – principalmente as classes trabalhadoras e fundiárias – que utilizava a legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos.

No coração da economia-mundo, estes dois movimentos se traduziram no internacionalismo transformado em nacionalismo-liberal associado ao imperialismo. O Estado passa a atuar na proteção dos seus mercados nacionais. Como disse Polanyi: “Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo” (1980, p. 198). Na formação dos Estados Nacionais dos países da semiperiferia e na periferia da economia-mundo, estes dois princípios atuaram de maneira desigual.

Para José Luis Fiori¹⁸, estes dois princípios enunciados por Polanyi seriam universais na medida em que expressam duas contradições essenciais ou materiais do capitalismo: a contradição entre capital e trabalho e a entre a globalidade dos seus fluxos econômicos e a

¹⁵ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto, 1995.

¹⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme, XVe-XVIIIe Siècle*. Paris, França: Armand Colin, 1979 ; BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. Paris, França: Ed. Arthaud, 1985.

¹⁷ TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

¹⁸ FIORI, José Luis (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999; FIORI, José Luis. **Brasil no Espaço**. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

territorialidade da gestão política. O desenvolvimento destes dois movimentos históricos é desigual porque obedece ao (i) desenvolvimento territorial desigual do capitalismo e (ii) é impulsionado pela competição e hierarquização do poder dos Estados nacionais. É exatamente isso que nos interessa sublinhar: apesar de sua universalidade, esses dois princípios atuam de forma diferente fora do núcleo original (norte-europeu) do sistema. Entretanto, para poder introduzir essa dimensão histórico-territorial é necessário primeiro clarificar, conceitualmente, algumas distinções presentes no pensamento de Polanyi.

Em primeiro lugar, o princípio da autoproteção promoveu a regulação das relações sociais internas de cada país, resultando em uma politização das relações de classe, forçando uma lenta democratização dos sistemas políticos europeus. Em segundo lugar, a proteção social também se manifestou sob a forma de uma autoproteção nacional através da regulação estatal das relações econômicas externas de cada país, através de uma política do tipo neomercantilista. Mas este segundo princípio somente se realizou no núcleo da economia-mundo, envolvendo os países centrais e seus sócios próximos. Estes países impõem uma proteção nacional e, ao mesmo tempo, no plano internacional, o livre cambismo e as políticas liberal-internacionalizantes. Fazendo esta diferenciação, Fiori constata que os dois movimentos do desenvolvimento do capitalismo se realizaram de formas distintas no núcleo e na semiperiferia. O princípio internacional-liberalizante foi imposto pelo poder material e cultural da potência econômica dominante.

Na qualidade de periferia desta economia-mundo, o Brasil teve como particularidade histórica o fato de ter um Estado territorial independente desde o início do século XIX, mas tal fato não desencadeou o movimento de autoproteção na sua dupla dimensão: a nacional e a social. Frente ao sistema interestatal conformado globalmente, o Estado não se colocou em confrontação com o movimento liberal-expansionista. Tampouco ocorreu no continente latino-americano um expansionismo regional, como aconteceu em outras periferias constituídas pela economia-mundo e pelo sistema interestatal. Por exemplo, no sudeste asiático, com a conformação do Estado Japonês. O fato é que no continente latino-americano “os Estados nacionais não participam da competição interestatal como tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação das riquezas nacionais.” (Fiori, 1999, p. 175). Neste ponto, Fiori lembra os ensinamentos de Charles Tilly que, confrontando os processos de formação dos Estados na Europa, América Latina e Ásia, observa que eles “diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de estado [...] e] ao estender-se ao mundo não europeu, o sistema de estados não continuou simplesmente o mesmo”. (Tilly, 1996, p. 278).

As elites brasileiras foram cosmopolitas e liberais-internacionalizantes, salvo nos períodos de 1930-1955 e na década de 70 quando, citando novamente Fiori:

“(…) pode-se dizer que houve convergência entre os movimentos de autoproteção nacional e de regulação das relações sociais. Por isso o projeto de construção nacional ficou sempre inconcluso e o nacionalismo foi, sobretudo, uma ideologia de intelectuais, militares, burocratas e de um pequeno segmento empresarial,

enquanto a ação do princípio de proteção social foi extremamente lenta e não seguiu a trajetória das revoluções democráticas e socialistas europeias, nem das modernizações autoritárias e pelo alto, ficando próxima da evolução secular dos Estados Unidos, com quem nossas elites já haviam partilhado – em sua *Inconfidência Mineira - o sonho da criação de uma república escravocrata*” (Fiori, 2001, p. 72-73)¹⁹.

Portanto, o período em que se configuram os traços mais nítidos do chamado *modelo desenvolvimentista* se caracteriza pela situação histórica excepcional na qual se suspendeu parcialmente o poder do movimento liberal-internacionalizante presente na formação da sociedade brasileira como força de organização da economia e do Estado. Surge um projeto nacionalista autoritário, fundado em ações de proteção da economia nacional traduzida por uma política de substituição de importação – mas que não rompeu com a nossa condição de capitalismo associado à expansão da economia-mundo- e na regulação das relações sociais (planejamento governamental), mas que deixou amplas zonas da sociedade organizadas pelas forças do mercado e instituições criadas pela própria sociedade.

Na viabilização política deste modelo de expansão capitalista, as forças modernizadoras acabaram por se acomodar em um pacto conservador com os históricos interesses mercantis e liberais constituídos no Brasil desde sua inserção como periferia na expansão do capitalismo.

Creio que a leitura histórico-institucional do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, fundada nas reflexões do grupo de pesquisa NEPSM²⁰, aqui esboçada, nos permite, de um lado, melhor qualificar o período correspondente ao modelo de substituição de importação. Por outro lado, nos ajuda a encontrar marcos teóricos e analíticos para interpretar o período atual à luz da hipótese do neoliberalismo periférico. Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria constituído um modo de reprodução social apenas parcialmente organizado sob a lógica da mercantilização. Neste modo de reprodução social sempre estiveram presentes outras instituições (reciprocidade, administração doméstica e redistribuição, mencionadas por Polanyi). Não se trata de voltar às teses dualistas, mas de pensar sob a ótica das contribuições da sociologia brasileira que, desde Florestan Fernandes, mostraram como o moderno capitalismo se institui reproduzindo o tradicional-arcaico. Ou seja, as formas de reprodução organizadas com base em outras instituições sociais além do mercado foram funcionais à constituição e ampliação do padrão de acumulação de capital que aqui se instala com a industrialização. Tais formas de reprodução social se constituíram como reações de autoproteção da sociedade contra as ameaças de dissolução social geradas pela emergência do mercado autorregulado, como poderia ser a interpretação à luz das ideias de Polanyi. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se realizou tendo como um

¹⁹ FIORI, J. L. **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 72-73.

²⁰ Nova Economia Política do Sistema Mundo. Grupo de pesquisa organizado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tem o Prof. Jorge Luis Fiori como coordenador.

dos seus pilares uma extensa e espessa camada de *vida material*, usando a expressão de Braudel²¹, na qual uma parte importante da sociedade se reproduzia por meio de formas de produção, circulação e consumo apenas parcialmente penetradas pelo mercado, composta pela produção doméstica de alimentos no campo e pela produção coletiva de cidade expressa pela autoconstrução da moradia. Mas funcionalmente sustentadora do desenvolvimento do capitalismo brasileiro que se fundou em uma brutal e abrupta mercantilização da força de trabalho operada pelas violências do fim do escravismo, da migração internacional e, sobretudo, da migração campo-cidade.

A compreensão da extensão e espessura da camada da *vida material* criada pelo capitalismo, assim como o seu papel na expansão deste capitalismo, deve levar em consideração as determinações históricas que guiaram e condicionaram esse processo.

²¹ Braudel concebeu o capitalismo como a camada superior de uma estrutura organizada em três patamares, na qual, “como todas as hierarquias, as [camadas] superiores não poderiam existir sem os estágios inferiores de que dependem. “A camada inferior seria uma economia extremamente elementar e basicamente autossuficiente. Braudel denominou essa camada de *vida material* que, segundo ele, seria “a camada da não-economia, o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar”. A nossa apropriação desta concepção de Braudel nos permite pensar como a nova rodada de expansão das forças liberalizantes-internacionais busca, neste momento, incorporar a vida material à órbita do mercado, portanto, à acumulação do capital.

Para a compreensão da importância do pensamento de Braudel na conformação das várias vertentes da compreensão do desenvolvimento do capitalismo como a moderna economia-mundo originada no século XVI, é interessante registrar os impactos metodológicos da sua obra fundada na ideia de uma história total. Na leitura realizada por vários autores, a começar por Wallerstein e Guder Frank, a compreensão do capitalismo deveria superar visões abstratas construídas por liberais e marxistas do capitalismo como um modelo teórico. Isto implicava em uma nova atitude metodológica caracterizada por:

- a. uma injeção de história na economia contra a abstração dos modelos;
- b. adoção de uma concepção ampliada do espaço-tempo;
- c. a compreensão das diferenças entre o capitalismo como modo de produção e apropriação da riqueza fundado na associação do poder do dinheiro com o poder político;
- d. portanto, o capitalismo se caracteriza por se organizar por uma lógica anti-mercado no sentido da concorrência como base das relações de troca;
- e. as raízes do capitalismo vão além da economia e da política, o que se expressa na mobilização de várias dimensões da ordem institucional – cultural, religiosa, social –, atuando como base de sustentação e legitimação da hierarquia de poder econômico e político que funda a lógica dos monopólios;
- f. por sua vez, o poder de monopólio do capitalismo está organizado como um poder de escolha dos capitalistas, que o exercita como poder de criar anti-mercados e dele se beneficiar.

Vale a pena ainda comentar que esta visão desfaz o fundamento abstrato-teleológico da concepção de Marx do desenvolvimento por etapas do capitalismo, saindo da fase do capitalismo mercantil, passando para a pequena produção e produção capitalista, esta alcançada quando o capital passa a controlar integralmente o trabalho. Seria de grande utilidade pensar esta hipótese à luz do conceito de “acumulação por espoliação” formulado por David Harvey.

Devemos destacar aqui, seguindo as pegadas de alguns autores brasileiros²², a dimensão territorial do país e um processo de ocupação econômica que, desde a colônia, foi marcado por forças dispersivas que foram as bases históricas das quais emergiram uma dinâmica de desenvolvimento heterogêneo das relações capitalistas e, simultaneamente, uma dinâmica de tendências à homogeneização que não dissolveram de imediato a heterogeneidade econômica e social. No desenvolvimento do nosso capitalismo, estruturalmente, vêm convivendo forças geoeconômicas e geopolíticas de integração e de dispersão, de homogeneização e diferenciação.

Na fase atual, estaríamos no momento de retomada da força do movimento liberal-internacionalizante na expansão do capitalismo, hipótese que pode parecer contraditória à retórica nacionalista, estatista e desenvolvimentista das atuais elites governantes e com as políticas sociais apresentadas como constituidoras de uma rede de proteção social. Devemos pensar esta contradição compreendendo o processo de neoliberalização como uma nova rodada de mercantilização da sociedade que acontece em um quadro histórico iniciado com a eleição de Lula, no qual o Estado deve atender às demandas e constrangimentos colocados pelo movimento liberal-internacionalizante e, simultaneamente, às necessidades pragmáticas de governabilidade e de reprodução política de um novo arranjo de forças e interesses. De qualquer forma, como trataremos mais adiante neste documento, o neoliberalismo deve ser pensado como diferenciado, heterogêneo e mesmo contraditório, portanto como transição ao invés de ruptura histórica. O principal fundamento dessa maneira de pensar está no fato de que o neoliberalismo, nos marcos do nosso enquadramento teórico, implica em nova etapa da aliança entre os donos do poder e os donos do dinheiro na expansão da economia-mundo. Nova etapa em razão das características contemporâneas (econômicas, tecnológicas, institucionais, etc.) da expansão da economia-mundo aberta com a crise do capitalismo na segunda metade dos anos 1970. Nova etapa também em razão de a nossa inserção nesta expansão ocorrer sob um regime democrático, diferentemente do momento anterior marcado por vários ciclos de autoritarismo²³. Este fato tem implicações no contexto institucional e político no qual o Estado deve articular suas estruturais funções de legitimidade e de acumulação.

Quais as consequências para a formação da ordem urbana brasileira? Que papel a cidade pode estar exercendo na definição da trajetória dessa transição?

²² BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

²³ “A história, a brasileira, desde a Revolução de 30, mostra que no espaço de 60 anos é possível contar duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que seguiu ao golpe militar de 64, até 1984, perfazendo 35 anos de ditadura em 60 anos de história da mudança de dominação de classe. Mais, se forem contadas, além dos golpes que resultaram em ditadura, as tentativas de golpes falhados, chega-se à média de um golpe ou tentativa para cada três anos, desde 30 até 90”. OLIVEIRA, Francisco. Privatização do Público, Destituição da Fala. In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia. Os Sentidos da Democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes/FAPESP, 1999. p. 55-82.

3. A ORDEM URBANA NA METRÓPOLE LIBERAL-PERIFÉRICA: HIPÓTESES

Como utilizar esta compreensão sobre desenvolvimento do capitalismo na construção conceitual da metrópole liberal-periférica? Creio que o debate em torno da urbanização dependente seja um ponto de partida. Por quê? Por duas razões.

Em primeiro lugar, pela afinidade teórica entre as vertentes desta concepção do capitalismo como um sistema histórico com o *pensamento dependentista* que se constitui nos anos 1970 na América Latina. Como identifica Wallerstein (2006), após a Segunda Guerra Mundial, sob o impacto do debate organizado em torno das questões do desenvolvimento na periferia. Na América Latina, a partir da formulação de Raul Prebisch e do seu modelo centro-periferia e, posteriormente, a teoria da dependência, ocorreu a injeção de história na teoria econômica voltada para explicar os obstáculos e as possibilidades do desenvolvimento do capitalismo na periferia. O debate construído em torno das teses da dependência, do imperialismo, da teoria da modernização trouxe para o coração da compreensão do capitalismo uma nova concepção teórica sobre as sociedades latino-americanas centrada na compreensão da historicidade.

Em segundo lugar, em razão de este debate ter tido grande impacto nos vários campos do pensamento social brasileiro, gerando a reflexão orientada pela captura da nossa concretude histórica, atualizando e dando nova roupagem teórica aos empreendimentos iniciados por Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. O conhecido Seminário de Marx realizado na USP nos anos 1960 constituiu-se em marco fundamental neste sentido, ao construir um quadro de referência teórica e metodológica renovadora da compreensão da formação histórica brasileira, cujo traço fundamental foi a realização daquilo que Robert Schwarz (1998) chamou de “deslocamento da própria problemática marxista”. Fez surgir um “marxismo acadêmico”, como chamou Fiori (2001, p. 44), que propunha a apropriação crítica das categorias marxistas na interpretação do Brasil e da América Latina. Outras vertentes do pensamento social brasileiro, inspiradas nas teses dependentistas, tiveram também papel relevante na renovação da interpretação nos anos 1960 e 1970, como o ISEB e a Escola de Campinas.

Estas interpretações deram origem a conceitos como “capitalismo dependente-associado”, “capitalismo tardio e de ciclos endógenos” da Escola de Campinas, “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini, etc. J. L. Fiori, fazendo um balanço deste debate, em especial, conclui que, no campo do que ele chama de pensamento estruturalista:

“Muito simplificada, poder-se-ia dizer que o estruturalismo originário compreendeu a importância das relações centro e periferia, mas sua visão do sistema mundial é basicamente econômica; os dependentistas, por sua vez, esqueceram a economia e simplificaram em excesso a dimensão geopolítica do sistema mundial; finalmente, a escola campineira não deu maior importância analítica ao próprio papel endógeno do sistema mundial” (Fiori, 2001, p. 50).

Mais adiante conclui a sua análise crítica sobre este pensamento e, ao mesmo tempo, apresenta implicitamente a orientação do seu programa de pesquisa:

“O problema, nessa discussão, é que nenhum das três vertentes dessa tradição do pensamento crítico incorpora simultaneamente, na sua leitura de longo prazo do desenvolvimento capitalista latino-americano, a questão das contradições e conflitos entre Estados e entre classes sociais. O capitalismo é um sistema global, mas omite-se sistematicamente que a sua gestão política é interestatal e competitiva. A expansão do sistema assenta-se sobre relações de classe, mas o seu conflito não aparece na maior parte das análises econômicas. Além disso, os Estados, individualmente são vistos – quase sempre – como instituição homogênea e iluminista, capaz de seguir os conselhos mais ou menos equivocados dos economistas. Trata-se de um aparelho capaz de encaminhar, desenvolver ou operar políticas econômicas. Não se toma em consideração que os Estados tenham que cumprir objetivos incompatíveis com os ideais dos economistas” (Fiori, 2001, p. 50-51).

Para Fiori há um “ângulo cego” no pensamento crítico latino-americano que é a ausência da compreensão do papel da competição entre as nações e a conquista de territórios no desenvolvimento capitalista. Portanto, o ponto de partida da nossa empreitada de construção do conceito de metrópole liberal-periférica é superar este ângulo cego, a nosso ver presente no pensamento social brasileiro e latino-americano. Ela implica em assumir a hipótese de que a urbanização brasileira e seus efeitos geográficos, sociais, culturais, etc. resultam da nossa inserção periférica na economia-mundo capitalista na medida mesmo em que, na qualidade de país e nação, somos resultados da sua própria formação. Com efeito, as características da nossa urbanização, tanto nos seus aspectos ecológico-demográficos e ecológico-econômicos (o que na linguagem do nosso campo chamamos rede de cidades), quanto no que diz respeito aos traços gerais da nossa sociedade urbana, decorrem das várias etapas da nossa inserção nesta economia-mundo capitalista: como colônia, como país agroexportador e como economia parcialmente industrializada. Implica também em considerar o processo de urbanização como resultado de uma economia política constituída simultaneamente por articulações e conflitos internos e externos à sociedade brasileira²⁴.

²⁴ Esta concepção de alguma forma estava presente na chamada “teoria da dependência” formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Com efeito, em um texto no qual F. H. Cardoso responde às críticas formuladas por Francisco Weffort sobre a ausência de fundamentos teóricos do conceito de dependência deixando claro que estava a sua formulação se orientava pela preocupação ideal-tipo cuja utilidade seria lançar luz a situações concretas de dependência. Por outro lado, o conceito pretendia superar os impasses teóricos presentes no debate sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina, marcado pela polêmica entre fatores internos e externos explicativos do subdesenvolvimento e das possibilidades de desenvolvimento no continente. A seguinte passagem expressa esta proposta:

- a) as análises do processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional devem explicar a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno (no caso das situações de dependência mantidas a partir da existência de Estados Nacionais) ;
- b) as análises do processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional devem explicar a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno (no caso das situações de dependência mantidas a partir da existência de Estados Nacionais) ;

A superação deste “ângulo cego” da “teoria da dependência” deve buscar ampliar a proposta da unidade dialética nela contida, especialmente na formulação de F. H. Cardoso e Enzo Faletto. O próprio Fiori (2001, p. 52-53) propõe uma unidade dialética como agenda de pesquisa fundada em sua visão sobre a relação intrínseca entre os donos do poder e os donos do dinheiro na explicação do desenvolvimento do capitalismo. A necessidade de considerar a unidade teórica e histórica entre as forças contraditórias do desenvolvimento do capitalismo:

- a. “entre a natureza simultaneamente nacional e internacional do capital;
- b. entre a natureza global dos fluxos econômicos e a sua gestão política pluriestatal;
- c. entre a “vocação” liberal-internacionalizante do capital e a sua permanente necessidade de associar-se às máquinas estatais de poder territorial;
- d. e entre a vocação ao império mundial, do capital financeiro, e a multiplicidade de “vocações imperiais” dos poderes políticos”.

É nesse ponto que a tradição estruturalista pode e deve ser enriquecida pelas novas abordagens históricas que trabalham, desde a década de 70, com os conceitos de economia-mundo capitalista (Braudel) e de sistema mundial moderno (Wallerstein). Tais abordagens se propõem estudar, exatamente, a história da expansão do sistema mundial e da constituição de mercado e do capitalismo internacional, como obra conjunta do poder político e do capital. Como diz Fernand Braudel, “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é Estado”, e foi na Europa dos séculos XV e XVI que ocorreu esta junção, produzindo a “poderosa mescla que impeliu as nações europeias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial poderosíssima e verdadeiramente global”.

-
- c) os condicionantes externos, isto é, o modo de produção capitalista internacional, “o imperialismo”, o mercado externo, etc. (ou seja, tanto os aspectos econômicos como os políticos do capitalismo), reaparecem inscritos estruturalmente tanto na articulação da economia, das classes e do Estado com as economias centrais e com as potências dominantes, como articulação dessas mesmas classes e no tipo de organização econômica de cada situação de dependência.

“Está claro que o suposto teórico mais geral que torna possível este enfoque é o de que não existe a distinção metafísica entre condicionantes externos e os internos. Noutros termos: a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista. Porém, essa “dinâmica geral”, não é um fator abstrato que produz efeitos concretos; ela existe por intermédio tanto dos modos singularizados de sua expressão na “periferia do sistema”, quanto pela maneira como o capitalismo internacional se articula. Essa “unidade dialética” é que leva a recusar a distinção metafísica (isto é, que supõe uma separação estática) entre fatores externos e efeitos internos e, por consequência, leva a recusar todo tipo de análise da dependência que se baseia nesta perspectiva”.

“Assim, a noção de dependência é apresentada para pôr ênfase em um tipo de análise que recupera a significação política dos processos econômicos e que contra a vagueza das análises pseudo-marxistas que veem no imperialismo uma enteléquia que condiciona apenas do exterior o processo histórico dos países dependentes, insiste na possibilidade de explicar os processos sociais, políticos e econômicos a partir das situações concretas e particulares que eles se dão nas situações de dependência.” (F. H. Cardoso – Teoria da Dependência ou Análise de Situações Concretas).

(Braudel, F. In: Arrighi, 1996, p. 11). Essa leitura sublinha, junto com Max Weber, a importância na história do desenvolvimento capitalista da “memorável aliança entre os Estados em ascensão e as forças capitalistas”.

Como já postulado por um dos mais ricos pensadores latino-americanos – Anibal Quijano –, desde a nossa formação histórica, a urbanização ocorrida no continente em suas várias dimensões resulta dos efeitos internos das relações estruturais de interdependência com a economia global combinados a dinâmicas históricas internas aos países²⁵. As reflexões de Anibal Quijano nos deixam algumas lições importantes como orientações metodológicas

²⁵ Vale a pena a longa transcrição abaixo do texto de Anibal Quijano:

“O processo atual de urbanização na América Latina consiste na expansão e modificação dos setores urbanos já existentes na sociedade em consequência das quais as relações urbano-rurais dentro dela tendem a se alterar, consolidando e estimulando mudanças correspondentes nos próprios setores rurais.

Essas tendências não se produzem somente na ordem ecológico-demográfica, mas em cada uma das várias ordens institucionais em que a estrutura social da sociedade pode ser analisada, isto é, econômica, ecológica-demográfica, social, cultural e política. Em síntese, trata-se de um fenômeno multidimensional que é uma das expressões máximas do processo social geral de mudança das nossas sociedades.

As diversas ordens institucionais básicas, discerníveis analiticamente na sociedade, mantêm estreita relação de interdependência entre si e com a sociedade global, mas, ao mesmo tempo, conservam uma relativa autonomia de existência e mudança. Quer dizer, os processos de mudança que afetam a estrutura total da sociedade e que, portanto, atravessam cada uma das suas ordens institucionais, podem realizar-se em níveis distintos e com características próprias em cada ordem, dependendo do modo e das circunstâncias concretas em que se efetua a necessária interdependência entre as ordens e entre estas e a sociedade global.

Sob este ponto de vista, faz sentido afirmar que o processo geral de urbanização da sociedade na América Latina tem necessariamente que ser estudado como um processo conjunto que, como tal, é condicionado pela situação histórica da sociedade global de cada país e no conjunto destes na região, mas recortado em dimensões específicas cujas articulações mútuas devem ser estabelecidas sistematicamente ao mesmo tempo em que devem os seus desníveis e características próprias.

Dito de outro modo, se o que se busca não é estudar somente alguma de suas manifestações mais concretas, mas também como e por que ocorre o processo conjunto [*de urbanização*] e qual o seu significado no processo geral de mudança das nossas sociedades, ele não pode ser reduzido a nenhuma das suas dimensões em separado, nem tampouco a fenômenos que se desenvolvem dentro do setor estritamente urbano, desmembrado das suas relações de interdependência com o rural. Enfim, o conjunto não pode ser entendido fora do marco histórico que condiciona a situação da sociedade global.

Quanto a todos estes assuntos, a investigação da urbanização da sociedade na América Latina, em geral, até este momento tropeça em duas dificuldades importantes. De um lado, ainda que se reconheça o caráter multidimensional do processo, não está clara a maneira como se articulam as várias dimensões possíveis entre si e com a sociedade global, e a dificuldade costuma fazer com que se privilegie a dimensão ecológico-demográfica, sem dúvida porque é a presença mais positiva. Por outro lado, investiga-se o fenômeno como se ocorresse em sociedades isoladas ou autônomas, apesar de as sociedades latino-americanas serem constitutivamente dependentes e, conseqüentemente, sua legalidade histórica ser dependente. “Ou, em outras palavras, a racionalidade dos seus processos históricos de mudança não pode ser estabelecida à margem da dependência.” QUIJANO, Anibal – Dependência, Mudança Social e Urbanização na América Latina, In: LOPES, Fernando – (Org.). **A Questão Urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1978. p. 11-12.

para a nossa reflexão sobre a constituição da ordem urbana na sociedade brasileira. São elas:

- a. Não se pode pensar a urbanização somente em um dos seus aspectos. É necessário pensá-la como fenômeno multidimensional. Quais são: ordem ecológica-demográfica e as ordens institucionais: econômica, social, cultural e política. Portanto, não é possível pensar a urbanização dissociada da sociedade nacional e suas características;
- b. Cada dimensão da urbanização – ou ordens, na linguagem de Quijano – mantém uma relação de interdependência com as outras e com a totalidade da sociedade global e com a sociedade nacional. Mas, cada ordem não é um simples epifenômeno da sociedade global. Há uma relativa autonomia de cada ordem. Isto quer dizer que as mudanças globais da sociedade nacional se realizam de maneira distinta e com características em cada ordem, em função das relações de interdependência entre as ordens e das relações entre estas e a sociedade nacional;
- c. A compreensão da urbanização é somente possível se considerarmos que estamos tratando de sociedades dependentes. O que quer dizer que são sociedades cujas características e legalidade somente podem ser compreendidas perfeitamente se as considerarmos como resultantes de relações de interdependência com outras sociedades;
- d. Finalmente, a urbanização na América Latina como várias dimensões das sociedades formadas no continente deve ser pensada como um fenômeno estrutural-histórico, o que quer dizer a existência de determinações estruturais ou sistêmicas próprias das leis gerais do desenvolvimento do capitalismo, mas há expressões históricas concretas que precisam ser pensadas na mesma dimensão e escala que a dimensão sistêmica ou estrutural.

3.1. A metrópole da industrialização com acumulação primitiva: a ordem urbana como fronteira

A industrialização no Brasil conheceu duas fases. A primeira entre 1900/1930 marcada pela produção interna de bens de consumo não-duráveis e impulsionada pela substituição das importações no cíclicos momentos crise da balança de pagamentos do país. Cria-se o núcleo de um proletariado urbano constituído, essencialmente, pelos imigrantes internacionais, assim como surge no campo o trabalho semiassalariado. Como já mostrado pelos clássicos trabalhos de Paul Singer (Singer, 1975), a partir de 1930 a imigração estrangeira diminui por várias razões²⁶.

²⁶ “De 1930 em diante, a imigração estrangeira, por razões tanto externas como internas, perdeu quase toda importância. O número de imigrantes chegados ao Brasil era de 622 397 entre 1900 e 1909, atingindo seu montante máximo entre 1910 e 1919: 815 463. Na década seguinte (1920-1929) o total se manteve próximo

A segunda fase da industrialização ocorreu após 1930, quando paulatinamente vai se constituindo um processo local de produção de bens duráveis. Para tanto foi necessária a mobilização da força de trabalho dispersa no território e inserida em setores de subsistência e nos espaços da agricultura controlados pelas oligarquias regionais. Tal mobilização irá ocorrer de maneira acelerada e intensa, via a migração interna e a concentração de um vasto exército industrial nas duas grandes cidades existentes: Rio de Janeiro e São Paulo. Para Paul Singer, em 1970 os fluxos migratórios atingiram 30 milhões de pessoas, em uma população que era de 93 milhões. Portanto, a urbanização acelerada foi o mecanismo central da constituição do exército industrial de reserva do qual se originam os traços fundamentais do capitalismo industrial brasileiro²⁷.

Creio que esse processo configura a urbanização como mecanismo central de mercantilização da força de trabalho, na medida em que se as massas rurais já estavam despossuídas no campo era necessário concentrá-las no espaço onde o capital já estava se concentrando. Portanto, a acumulação primitiva, entendida como o processo pelo qual o trabalho se converte em mercadoria, esteve associada à constituição com uma série de transformações sociais e institucionais da sociedade brasileira²⁸.

Mas, é necessário também considerar como integrantes do processo de mobilização da força de trabalho a dinâmica de organização do território metropolitano. Sem dúvida, na medida em que o efeito mais direto dessa mobilização foi a constituição de um desemprego estrutural, foi necessário acomodar na constituição da ordem urbana das metrópoles

deste nível: 788 170. Porém, daí em diante o número de imigrantes cai drasticamente: 338 768 entre 1930 e 1939, e 114 405 entre 1940 e 1949." (SINGER, 1975, p. 122)

²⁷ "É claro que a mobilização do exército industrial de reserva, constituído pelas massas rurais submergidas numa economia de subsistência, não se deu exclusivamente mediante a urbanização, porém esta foi sua forma predominante. (...). O desenvolvimento capitalista da economia brasileira foi profundamente marcado por esta ampla mobilização do exército industrial de reserva, que deu lugar a um abundante suprimento de força de trabalho pouco qualificada mas dócil e de aspirações modestas. Formou-se desta maneira um importante diferencial entre custo da mão-de-obra qualificada e não qualificada, limitado apenas pela legislação do trabalho, principalmente pelo salário mínimo. Isso explica o baixo grau de mecanização das atividades agrícolas e de construção civil e o relativo obsolescência tecnológica dos ramos industriais mais antigos, como o têxtil e o de confecções de vestuário. A persistência de numerosas pequenas empresas artesanais e semi-artesanais e do grande volume de força de trabalho em serviços domésticos também se explica pelo baixo custo da mão-de-obra." (SINGER, 1975, p. 122-123)

²⁸ "A mobilização deste exército se fez paulatinamente, entre 1930 e 1945, a partir da abolição da autonomia dos estados, que serviu tanto para unificar o mercado interno como para derrubar as oligarquias locais, cujo poder sobre a população rural foi assim consideravelmente enfraquecido. A construção de uma rede de rodovias, que passou a interligar as principais regiões do país, facilitou as comunicações e estimulou enormemente as migrações internas. Finalmente, é preciso acrescentar que, a partir desta época, a sistemática queda da mortalidade, que se iniciou nas cidades maiores, mas atingiu rapidamente o interior, acelerou sobremaneira o crescimento da população e, portanto, do exército industrial de reserva. O aumento da população rural em áreas já densamente povoadas (na Zona da Mata e no Agreste nordestinos e nas zonas de colonização do Sul, por exemplo) ocasionou pressão sobre a terra, agravando a dicotomia latifúndio-minifúndio e provocando fortes correntes migratórias para as zonas agrícolas pioneiras e para as cidades." (SINGER, 1975, p. 122).

brasileiras lógicas de mercantilização com lógicas não-mercantis no acesso ao espaço urbano, sem o que a urbanização não poderia ter-se constituído como mecanismo da acumulação primitiva.

Este seria o fundamento histórico para a compreensão do crescimento urbano que se organiza à semelhança da lógica da expansão das fronteiras das relações capitalistas. A intensidade e velocidade do processo de mobilização da força de trabalho, via migração das massas rurais, gerou um conflito potencial na sociedade brasileira, na medida em que o assentamento da população de 30 milhões de despossuídos na metrópole não foi acompanhado de políticas de provisão estatal de moradia complementadas por políticas de regulação do uso e ocupação do solo urbano, como ocorreu nos países europeus. Era necessário que a dinâmica de organização do território na metrópole acomodasse a lógica da mercantilização do solo com a *lógica do assentamento*. É por essa razão que podemos explicar a aparente contradição do capitalismo industrial brasileiro ao concentrar a propriedade privada da terra no campo e difundi-la na cidade através de mecanismos que combinaram preços e reciprocidade/redistribuição materializados pelos laços sociais²⁹. Em suma, a mobilização da força de trabalho via urbanização implicou na constituição do território da metrópole apenas parcialmente mercantilizado, constituindo um capitalismo urbano que funciona como fronteira da expansão das relações capitalistas.

Com efeito, a dinâmica de ocupação do território metropolitano parece reproduzir na cidade o *papel de fronteira*, assim como, segundo as análises de J. Fiori³⁰, M. C. Tavares³¹ e W. Cano³², o campo na gestão da conflitualidade social do capitalismo industrial periférico que se constituiu no Brasil, cuja marca mais importante é a frágil capacidade do Estado em constituir a Nação. Fragilidade que se traduz na importância do seu papel de garantidor das condições da circulação do capital em detrimento do de homogeneizador da sociedade. Como consequência, o capitalismo industrial se constituiu no Brasil com reiterada utilização da ordem autoritária e do território como mecanismos de gestão da conflitualidade social. Vale a pena nessa reflexão considerar a seguinte descrição de Maria da Conceição Tavares sobre os fundamentos territoriais e demográficos da aliança conservadora que presidiu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro:

²⁹ A literatura sobre a migração mostrou em diversas pesquisas o papel desses laços no processo migratório. Singer (1975:55) assinala sua importância ao afirmar que: "A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos."

³⁰ FIORI, José Luís. **O Vôo da Coruja**: Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

³¹ TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

³² CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

“O recurso periódico a uma ordem autoritária busca suas razões de Estado tanto na preservação do território nacional quanto no apoio à expansão capitalista, em novas fronteiras de acumulação, onde lhe cabia impedir a luta de classes aberta, dos senhores da terra e do capital entre si, e garantir a submissão das populações locais ou emigradas, que se espalharam pelo vasto território brasileiro.... . Por sua vez, o processo de deslocamentos espaciais maciços das migrações rural-urbanas das nossas populações e as mudanças radicais das condições de vida e de exploração da mão-de-obra não permitiram, até hoje, a formação de classes sociais mais homogêneas, capazes de um enfrentamento sistemático que pudesse levar a uma ordem burguesa sistemática” (Tavares, 1999, p. 457).

O mecanismo de expansão das fronteiras das relações capitalistas teve importante papel de amortecedor de conflitos sociais no capitalismo industrial brasileiro. E não foram apenas as fronteiras abertas no Paraná (1940-1950), no Maranhão (1950-1960), no Centro-Oeste (1960-1980) e no Norte do país (1970-1990). Também implicou na utilização do território urbano como amortizador do conflito social de um capitalismo que promoveu massivamente a transferência para a cidade da população rural, conformando um gigantesco exército industrial de reserva, o que somente foi possível em função da utilização da cidade como fronteira aberta à ocupação pelo trabalhador.

A industrialização via acumulação primitiva gerou metrópoles como extensos *assentamentos populacionais*, onde imperou durante muito tempo a precariedade de serviços e de infraestrutura, a ilegalidade e a irregularidade da propriedade da terra. Já como suporte da “sagrada aliança”, a cidade permitiu a constituição de um vigoroso e protegido circuito de acumulação urbana, assegurado pelo Estado, no qual empresas de construção de obras públicas, construção residencial, concessão de serviços, etc. abrigaram interesses locais mercantis deslocados no tripé com a presença das grandes firmas industriais internacionais.

3.2. A formação do capitalismo urbano

O lugar dos países na economia-mundo capitalista e a sua divisão internacional do trabalho depende fortemente da capacidade dos Estados em assumir posição relevante na hierarquia de poder global constituído pelo sistema interestatal. Para tanto, têm grande relevância as alianças internacionais e as alianças internas a cada país, capaz de dotar cada Estado de força política nas rivalidades entre os estados nacionais.

A industrialização acelerada ocorrida no Brasil a partir dos anos 1940/1950, que ficou conhecida como “substituição de importações”, teve como fundamento uma ativa política industrial encabeçada pelo Estado e voltada à criação de uma infraestrutura econômica e à atração de algumas grandes empresas internacionais produtoras de bens duráveis, em especial as relacionadas com a indústria automobilística. Constituiu-se assim o que alguns autores denominaram de “modelo de desenvolvimento capitalista-associado”.

Tal política foi possível em razão das brechas de poder surgidas pelas transformações do sistema interestatal global existente no período anterior à Segunda Guerra Mundial com

a completa substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como centro político da economia-mundo, a emergência da Guerra Fria e a inclusão de países da Ásia nas posições de semiperiferia. Mas, no plano interno, esse desenvolvimento industrial acelerado foi viabilizado pela constituição de um bloco de poder fundado na aliança entre Estado, capital nacional e empresas internacionais, fato político conceituado como “sagrada aliança” por C. Lessa e S. Dain³³.

“... uma comunidade e uma convergência de interesses entre capitais dominantes em órbitas de capital não-industrial e um sistema de filiais no circuito industrial. As relações são sistemáticas de solidariedade na expansão conjunta dos capitais existentes naquele espaço nacional de acumulação e que respeita uma “especialização”, uma espécie de divisão do espaço, segundo órbitas, por capitais de diferentes procedências. Esse pacto se constitui com a presença do Estado” (Lessa & Dain, 1984, p. 254).

Para Lessa e Dain, o Estado seria o fiel da aliança garantindo duas cláusulas:

“A primeira dispõe, como reservas para os capitais nacionais das órbitas de seu interesse crucial, como frentes de valorização. Tais órbitas são não-industriais e, entre elas, as firmas estrangeiras não poderão diversificar as inversões. A segunda estabelece uma regulação quanto à partição horizontal da massa de lucros do capitalismo associado. A rentabilidade das órbitas sob o controle do capital nacional não será inferior à da órbita industrial. A existência do pacto exige algo do Estado: que seja o seu gestor” (Lessa & Dain, 1984, p. 256-257).

Este papel de gestor da “sagrada aliança” exercido pelo Estado implicou, portanto, não apenas na manutenção da divisão de órbita de acumulação, como também no permanente nivelamento das taxas de rentabilidade entre as órbitas. As rentabilidades não devem ultrapassar:

“as oportunidades de valorização de suas órbitas. Buscam sempre a forma de ativos – de natureza diversa – como reserva de valor, e exigem permissividade e estímulo da política econômica em direção a este tipo de movimento. Há uma obliquidade patrimonialista e uma hipertrofia de operações especulativas ligadas à constituição, transformação e circulação desses ativos. Qualquer pessoa que tenha manuseado séries históricas de preços das terras urbanas e rurais na América Latina conhece o fenômeno de uma evolução que supera a taxa de inflação e não mantém relação com eventuais aluguéis ou rendas. Observados os capitalismo associados mais avançados, é possível registrar o alto nível de criatividade das formas especulativas. Cremos que isso é constitutivo e estrutural do capitalismo associado” (Lessa & Dain, 1984, p. 261).

O urbano na “sagrada aliança” vai se constituir, portanto, em uma dinâmica de uma economia política fundada na combinação de três lógicas: o patrimonialismo, o clientelismo e o corporativismo.

³³ LESSA, C. & DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento. In: **Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1984. v. 1, p. 214-228.

- a. O patrimonialismo tem raízes profundas na nossa formação histórica e foi objeto de interpretações das nossas particularidades na qualidade de sociedade capitalista moderna³⁴. Seria interessante o aprofundamento conceitual e teórico do patrimonialismo para melhor fundamentar a sua utilização em nossa argumentação sobre o poder urbano brasileiro fundado historicamente em sua lógica. Não sendo possível realizá-lo nos evidentes limites destas notas, refiro-me aqui ao seu fundamento principal estar calcado no fato de a formação das cidades brasileiras não expressar o fenômeno político de autonomia e autogoverno como ocorreu na Europa durante a Idade Média, como bem descreveu Max Weber. Com o apoio dos textos de Richard Morse³⁵ e F.H. Cardoso³⁶, podemos considerar que o fenômeno de urbanização no Brasil (e na América Latina) gerou *cidades sem polis* desde a fase colonial, característica que se manteve não obstante a emergência do capitalismo e da modernização cultural. Esta dupla relação implicou no acesso das elites econômicas e locais aos recursos públicos controlados pelo Estado Nacional como fonte de reprodução da riqueza e do poder dessas elites, o que pode ser percebido na história das relações intergovernamentais e do federalismo brasileiros. Esta relação é atualizada nos vários momentos que marcam as etapas da formação do nosso capitalismo, nos quais a centralização do poder e a integração econômica nacional reconstróem as bases da acumulação mercantil e dos poderes das elites locais, submetendo-as, entretanto, aos imperativos de criar as condições para a plena circulação do capital. Este fato é relatado de maneira sistemática nos trabalhos de Wilson Cano³⁷ e Carlos Brandão³⁸. As cidades, portanto, nascem e se desenvolvem no Brasil com elites locais dependentes do Estado Nacional para se reproduzirem como poder e, ao mesmo tempo, realizam o papel do mecanismo econômico e sociopolítico de reprodução do poder das elites que, desde muito cedo na história brasileira, controlam o poder centralizado do Estado. A partir dos anos 1950, quando entramos no período do nacional-desenvolvimentismo, estabelece-se a “sagrada

³⁴ Ver os seminais trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda – **Raízes do Brasil** e de Raymond Faoro – **Os Donos do Poder**. O patrimonialismo como conceito-chave de interpretação na nossa formação cultural e política vem sendo objeto de revisão crítica. Veja, por exemplo, os trabalhos de Jessé de Souza – **A Modernização Seletiva**, entre outros.

³⁵ MORSE, Richard M. A Evolução das Cidades Latino-Americanas. In: **Cadernos Cebrap 22**. CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1975. p. 5-35. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?lang=pt&area=7&pagina=31&item_biblio=217>. Acesso em: 7/06/2011.

³⁶ CARDOSO, F. H. A Cidade e a Política, Autoritarismo e Democratização; Cardoso, F. H. A Cidade e a Política: do compromisso ao inconformismo. In: CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 135-164.

³⁷ CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo: UNESP, 2007.

³⁸ BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

aliança” que mencionamos anteriormente, tendo importante papel a intensificação da intervenção do Estado para constituição da infraestrutura econômica. Especialmente nas grandes cidades conforma-se um poderoso circuito de acumulação urbana sustentado pelo fundo público. Dele participam as empreiteiras de obras públicas, praticamente alavancadas pelas encomendas do Estado, as empresas de construção habitacional, os loteadores e empresários imobiliários e a miríade de empresas de exploração dos serviços urbanos, notadamente, no setor de transportes.

- b. A presença do clientelismo nas cidades é reconhecida por vários autores da história política brasileira. Como esclarece José Murilo de Carvalho³⁹, o clientelismo urbano é o mandonismo da nossa tradição rural, descrito por Maria Isaura de Queiroz, mas constituído na cidade por relações bilaterais entre os atores políticos e o seu conteúdo, ele varia no tempo. O clientelismo como padrão de relação política entre a população e o Estado teve importante papel na constituição do urbano brasileiro e se constitui como um dos braços políticos da conformação da sagrada aliança. A sua existência serviu de instrumento para a população migrante ter acesso à terra, via invasões ou loteamentos ilegais e clandestinos, e aos serviços básicos necessários à vida urbana. Este mecanismo foi descrito em vários clássicos trabalhos de Ermínia Maricato, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik sobre o padrão de provisão de moradia popular através de loteamento/autoconstrução. O clientelismo também está presente na explicação do surgimento das favelas no Rio de Janeiro em trabalhos clássicos como os de Luiz Antônio Machado da Silva⁴⁰ e Anthony e Elizabeth Leeds⁴¹.

³⁹ “O clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da primeira. Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística.” CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceituada, **Dados**, vol. 40, no. 2, Rio de Janeiro, 1997. Ver também CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁰ Entre outros textos, ver MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A Continuidade do ‘Problema da Favela’. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002. MACHADO DA SILVA, Luiz A. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: **Sociedade e Estado: dossiê violência**. Brasília: **Revista do Departamento de sociologia da UnB**. V. 19. N. 1, p. 53-84, jan/jun, 2004. MACHADO DA SILVA, Luiz A. **Vida sob cerco: Violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Entretanto, nos tempos mais recentes, o clientelismo urbano tem assumido a forma de relações filantrópicas através de centros de assistência social, criados por vereadores e deputados⁴². Portanto, o clientelismo ainda tem vigência na sagrada aliança que controla a política urbana.

- c. Corporativismo. Da vertente urbana da “sagrada aliança” também participaram as novas “classes médias” conformadas pela industrialização do país. Em outros trabalhos⁴³ já refletimos sobre a importância destas classes médias nas cidades brasileiras, seguindo as pistas abertas pelo seminal texto de Francisco de Oliveira⁴⁴. Em razão das características da própria estrutura social brasileira, combinadas com as decorrentes da sua concentração territorial, as classes médias adquiriram nas cidades brasileiras o poder de representação das necessidades urbanas. Durante os anos da industrialização, o mercado e o Estado promoveram um modelo de urbanização privada que organizou a cidade para atender às necessidades das classes médias: prioridade para o transporte individual, concentração dos investimentos em equipamentos e serviços urbanos nos territórios onde elas se concentraram etc. Por outro lado, as classes médias sempre tiveram papel de centro de gravidade da política urbana.

3.3. A Ordem Urbana: organização social do espaço e as formas de integração/exclusão

O ponto de partida é a compreensão da ordem urbana resultado de três esferas da sociedade⁴⁵: o mercado, o Estado e a família/comunidade, cuja combinação faz surgir em cada sociedade *regimes de bem-estar social* como formulado por Esping-Andersen⁴⁶, que cumprem papel de gestão dos riscos de crise da reprodução das relações sociais. Segundo

⁴¹ LEEDS A. & LEEDS, E. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978.

⁴² “É fundamental destacar que os Centros Sociais muitas vezes têm estreitas relações com o poder constituído, recebendo o título de “utilidade pública” por indicação das casas legislativas e sanção do prefeito ou do governador. Isso lhes garante isenção de impostos e eventualmente contratos em convênios com os governos estadual e municipal, prestando serviços como creches, atendimento médico e centros de capacitação profissional. Há denúncias de que vários Centros funcionam como entidades que propiciam a arrecadação de dinheiro público através de superfaturamento em compras de equipamentos, remédios e outros serviços”. (CAMPOS, 2004). “Embora sofram algumas sanções no período eleitoral em função da legislação, é notório que operam abertamente nas demais épocas do ano.” (KUSCHNIR, 2008, p. 7).

⁴³ Ribeiro, L. C. Q - Segregação do Poder, Poder de Segregação: as “classes médias” e a acumulação urbana na metrópole do Rio de Janeiro. RIBEIRO, L. C. Q. A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira. In: OLIVEIRA, L.L. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: CNPq/FGV Editora, 2002.

⁴⁴ OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil, **Espaço e Debates**, no. 6, 1982.

⁴⁵ Em outro trabalho já expus este traço da ordem urbana brasileira. Ver: RIBEIRO, L. C. Q. A Dimensão Metropolitana da Questão Social: ensaio exploratório, Anpocs, 2007.

⁴⁶ ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do *Welfare State* na nona ordem mundial. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, n. 35. 1995. Fundamentos sociales de las economías postindustriales, Editorial Ariel, Barcelona, 2000.

esse autor, podemos identificar na história do capitalismo três regimes de bem-estar social, segundo a dimensão da matriz sociocultural que prevalece em cada sociedade: a) a gestão da força de trabalho como mercadoria; b) a produção da integração social; e c) a igualdade como utopia desmercantilizadora. O primeiro, considerado como residual, tem como fundamento a autossuficiência individual – *workfare* –, fazendo com que o seu dilema atual seja o de como converter as massas trabalhadoras expulsas do mercado de trabalho industrial em um novo proletariado de serviços. No regime chamado de corporativo, surgido nos países da Europa, a crise do estado de bem-estar social se coloca como a impossibilidade de satisfazer as necessidades inerentes às promessas de integração social. A questão social subjacente à crise deste regime de bem-estar constrói-se em torno do dilema de como devolver ao Estado sua capacidade de agente integrador da sociedade. Por último, o regime universalista - ou escandinavo – foi centrado na busca da igualdade como finalidade do estado de bem-estar social e, como consequência, a questão social é formulada em torno do debate a respeito dos graus possíveis de manutenção dessa igualdade.

Em resumo, em todas as sociedades capitalistas tornou-se necessária a existência de um sistema de gestão dos riscos da reprodução e da *des-coesão* social, convivendo com o mercado, seja ele fundado em sistema público de redistribuição ou nas relações de reciprocidade inerentes à organização familiar-comunitária.

A partir destes pressupostos e tomando como referência as particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assumimos que o urbano entre nós expressa o regime de bem-estar social dual forjado ao longo da fase do desenvolvimento das relações capitalistas, conhecida na literatura como substituição de importação, regime esse fundado na combinação das livres forças de mercado e na mobilização das estruturas familiar-comunitárias. Com efeito, na condição de capitalismo periférico ocorreu um processo inacabado de mercantilização da força de trabalho, ao mesmo tempo em que as forças desencadeadas pelo capital *des-ruralizaram* o país, criando uma vasta massa urbana marginal constituída por segmentos de trabalhadores assalariados de maneira precária, contas-próprias, trabalhadores sem remuneração e desempregados, ou mesmo alijados das relações mercantis. Esta particularidade do nosso capitalismo fez com que a reprodução social nunca se colocasse como custo da acumulação do capital. Consequentemente, a reprodução social esteve historicamente fundada na combinação entre mercado-família/comunidade. Como consequência, foi transferida às famílias e às comunidades a função de gestão dos riscos da reprodução social.

Em resumo, a via do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, apesar da modernização cultural, da industrialização e da urbanização, se realizou pela constituição de um regime de bem-estar social que, na tipologia proposta por Esping-Andersen, pode ser identificado como próximo à variante “familiar-mercantil”, embora para alguns segmentos profissionalizados e sindicalizados tenha sido instituído um corporativo *welfare state*. É importante assinalar que a eficácia deste modelo fundou-se, antes de tudo, na

manutenção de um regime político caracterizado fortemente por governos autoritários e ditatoriais que permitiram a instauração de um processo controlado de incorporação das massas urbanas ao sistema político e aos benefícios do crescimento econômico acelerado. Santos⁴⁷, ao cunhar a expressão de “cidadania regulada”⁴⁸, ofereceu uma chave teórica para a compreensão deste processo. Por “cidadania regulada” entende-se uma forma parcial e incompleta de cidadania que privilegia alguns segmentos ocupacionais em detrimento do conjunto das classes subalternas, na medida em que exclui do padrão de proteção social as demais categorias de trabalhadores urbanos (não regulamentadas pelo Estado Novo), os trabalhadores informais, os autônomos, os trabalhadores rurais, os trabalhadores domésticos e os desempregados e indigentes. Ao mesmo tempo, no plano dos valores organizadores do sentido coletivamente compartilhado das interações sociais, o nosso regime “familístico-mercantil” de bem-estar social fundou-se também na matriz sociocultural que legitimou a ordem social, ao mesmo tempo competitiva e estamental, como bem demonstrou Florestan Fernandes.

A fisionomia, a vida social, a organização social do território, enfim todos os aspectos da realidade urbana das nossas grandes cidades vão expressar as várias facetas deste regime de gestão de risco. Como já mencionado por Francisco de Oliveira em vários dos seus trabalhos, ao caráter inacabado da mercadoria força de trabalho corresponde o caráter inacabado do *habitat* urbano brasileiro.

3.4. A Ordem Urbana: segregação residencial e as formas de integração

Analisar a organização social do espaço urbano implica, simultaneamente, identificar duas dimensões. A primeira refere-se à distribuição das classes e grupos sociais no território da cidade. A segunda implica no exame dos padrões de interação sociais e estilos de vida associados a esta distribuição. A primeira dimensão depende fortemente do grau de diferenciação da estrutura social das metrópoles e da diferenciação social do território gerada pela história da formação de cada metrópole. Já os padrões de interação social – aqui denominados sociabilidade – resultam do modelo cultural que constrói o sentido dessas interações.

3.4.1. A Metrópole Dual: os dois princípios da organização social do território

A organização social do espaço nas metrópoles brasileiras se estrutura pela ação simultânea de dois princípios, geradores de dinâmicas distintas e padrões de estruturação do espaço: mercado/preços e prestígio/status. O que queremos dizer?

⁴⁷ SANTOS, W. G. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco. 1994.

⁴⁸ Ver SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Por um lado o fato de que a organização social do espaço da metrópole é organizada pela dinâmica resultante da busca pelas classes e grupos sociais de status social adquirido pela localização em espaços considerados prestigiosos, que conferem honra a quem neles habita. Corresponderia ao que comumente designamos como “bairros nobres”. Em oposição simétrica temos os espaços socialmente desvalorizados onde moram aqueles que estão na posição social correspondente ao que Jessé de Souza designou como “ralé”, que confere aos seus habitantes um “baixo status”, um “status negativo” ou mesmo um estigma social no ordenamento socioespacial das metrópoles. São as “favelas”, “periferias”, “vilas”, “conjuntos”, “aglomerados subnormais” e outras tantas categorias de classificação mobilizadas pelo senso comum, pela mídia, pelos atores públicos e, até mesmo, pelo senso comum erudito para designar os territórios da “ralé”. São espaços da escassez objetiva de bens e serviços coletivos, de regularidade e legalidade. O princípio do mercado-preços resulta em uma dinâmica competitiva de organização espacial das metrópoles e corresponde aos espaços banais onde se localizam os grupos sociais intermediários da hierarquia. São os grupos formados por aqueles destituídos parcialmente dos atributos culturais necessários para estar nos espaços que enobrecem e que tampouco têm poder de renda para entrar nesses espaços, mas que têm poder suficiente para escapar do espaço da escassez.

O cruzamento destes dois princípios na organização social do espaço metropolitano é importante para a compreensão da dinâmica residencial que se constitui no período anterior aos anos 2000. Em trabalho anterior sobre o Rio de Janeiro, apresentamos a hipótese da existência de três distintos sub-mercados nas metrópoles: o da escassez relativa, o da competição e o da escassez absoluta. A título de melhor explicitar a hipótese aqui apresentada, reproduzimos trechos deste trabalho⁴⁹:

- “De forma esquemática, há no Rio de Janeiro três segmentos de mercado imobiliário: o “infra normal”, o “normal” e o “superior”. O primeiro é caracterizado por se organizar em razão da escassez absoluta de solo urbano e de crédito imobiliário. É formado pela expansão das periferias urbana e metropolitana, através das práticas dos loteamentos, em grande número clandestinos e irregulares, associados ao regime de autoconstrução da moradia. As favelas são também expressão deste sub-mercado. As transações de compra e venda e aluguel nessas áreas tendem a ser de pouca monta, o que tem como consequência a forte tendência à formação de preços de monopólio, isto é, preços não regulados pela oferta de moradia. O resultado é que os segmentos mais pobres devem arcar com altos preços relativos para ter acesso à moradia. Para escapar da escassez absoluta, aqueles que se encontram excluídos do mercado imobiliário buscam a autoprodução de suas moradias, o que somente é possível com a perda da qualidade da habitação e em áreas onde os preços da terra são muito baixos ou próximos de nulo (caso das invasões). Os excluídos do mercado

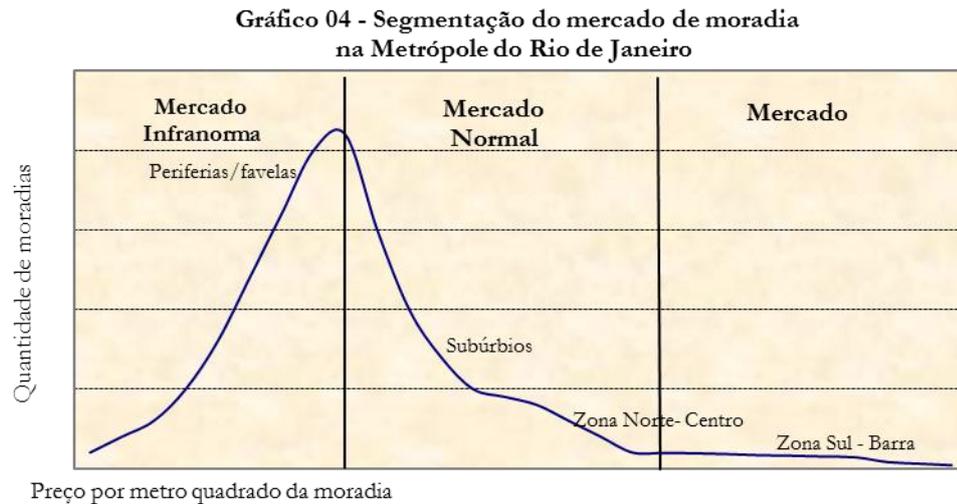
⁴⁹ RIBEIRO, L. C. Q. Moradia segregação, desigualdade e sustentabilidade urbana, Rio em Estudos, Instituto Pereira Passos, 2001.

imobiliário somente têm acesso à moradia fora da cidade – isto é, fora da legalidade urbana e dos padrões mínimos de conforto -, ou em zonas fragilmente urbanizadas. Por estas razões, a tipologia arquitetônica predominante é a casa isolada. Encontramos ainda, com frequência, pessoas vivendo em moradias próprias e com alta densidade de ocupação...” .

- “... quanto mais nos afastamos das áreas centrais”. (...), “onde estão concentrados os equipamentos e os serviços urbanos, maior a incidência de moradias próprias e mais congestionadas”. A associação entre o acesso à propriedade imobiliária e a perda da qualidade habitacional é um dos traços distintivos da dinâmica de organização das cidades brasileiras no período da industrialização.
- O submercado “normal” de habitação é constituído pela maior parte do que é ofertado na cidade. Nele prevalecem formas híbridas de produção, tais como a produção por encomenda, a construção de casas para aluguel nos fundos dos terrenos dos próprios proprietários, a construção de pequenos conjuntos de casas para aluguel por microempreendedores, etc. A demanda desse submercado é formada pelos segmentos médios da estrutura social, portanto aqueles que têm capacidade de custear o aluguel. São as áreas intermediárias entre as periferias urbana e metropolitana e as áreas centrais que concentram grande parte desse submercado, onde há certa homogeneidade do solo urbano em termos dos equipamentos e serviços. Nestas porções da cidade a localização espacial da moradia não implica grandes diferenciações da qualidade de vida. Os preços da moradia tendem a variar em torno de um valor regulador, portanto com poucas variações. No submercado normal predomina a mistura de casas isoladas e apartamentos. Encontra-se um grande número de pessoas vivendo em moradias de aluguel.
- Já o terceiro segmento constitui o submercado “superior” da cidade. Nele as moradias são produzidas de forma empresarial e estão localizadas nas áreas onde vigoram a escassez relativa do solo urbano. São as partes privilegiadas da cidade, que desfrutam de acesso também privilegiado às amenidades naturais, em decorrência da proximidade da praia – fato altamente valorizado no modelo cultural predominante no Rio de Janeiro desde os anos 40. Em consequência, são áreas únicas, cujos preços são superiores aos praticados no submercado normal e altamente diferenciados internamente por efeitos de situações de microlocalização. No conjunto dos anos 80 e 90, a produção empresarial foi responsável por apenas 37% do total da produção de novas moradias na cidade. A produção de moradia se realiza sob o comando do capital de incorporação, cuja função é obter o terreno – por compra ou permuta e associação com o proprietário – e viabilizar, técnica e financeiramente, o empreendimento. É o incorporador quem planeja e decide a operação, obtém o financiamento e organiza o processo construtivo e comercial, direta ou indiretamente. Assim, obtém ganhos de localização, cujo fundamento é a renda da terra obtida pela venda da escassez relativa do solo urbano. O incorporador torna-se, portanto, um dos principais agentes da estruturação do espaço da cidade,

responsável pelas decisões que determinam o uso social do solo urbano. A lógica da incorporação é tanto mais relevante na explicação da dinâmica de organização da cidade quanto maior forem as desigualdades espaciais na distribuição dos equipamentos e dos serviços urbanos.

O gráfico abaixo é uma representação da segmentação do mercado na MetrÓpole do Rio de Janeiro.



3.4.2. O regime de interação social nas metrÓpoles: distância social e proximidade territorial

A urbanização engendrada pela dinâmica conservadora, aliada às características da nossa “modernização cultural seletiva”, usando a expressão cunhada por Jessé de Souza⁵⁰ para dar conta das nossas singularidades cujos traços principais são a ética da dualidade e a segmentação social. Na concepção de Jessé de Souza, tais traços não seriam consequências da sobrevivência de um *iberismo* na sociedade brasileira, como formulado por autores clássicos como Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, mas consequências das formas de dominação social do descasamento entre a nossa inserção na modernização

⁵⁰ SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. Embora Jessé de Souza proponha uma reinterpretação do Brasil a partir de uma severa crítica às concepções que utilizam a ideia da hibridiz cultural brasileira pela presença de traços ibéricos em nossa formação, creio que contribui para esta pensar de maneira dialética a dualidades igualdade x hierarquia, privado x público, indivíduo x coletividade presentes nas ideias, nos valores e nas instituições que orientam as interações sociais entre indivíduos, entre grupos e entre estes e as instituições. Esta compreensão da obra de Jessé de Souza mereceria um desenvolvimento mais detalhado, o que não é possível neste momento em razão dos objetivos preliminares que fundam o presente documento.

cultural – para Jessé de Souza, desencadeado no início do século XIX com a chegada da família real e suas instituições – e o desenvolvimento das relações sociais. A sociabilidade híbrida teve como expressão urbana um padrão de organização social do território que combinou a sociabilidade inerente a uma sociedade de mercado, que surge e se expande, com a industrialização (posições sociais, impessoalidade, distância social, individualismo) e com a manutenção de padrões de interação social fundados na tradição (pessoalidade, hierarquia, proximidade). Esta duplicidade da sociabilidade urbana brasileira já foi objeto de várias análises de sociólogos e antropólogos e é bem conhecida, dispensando neste momento considerações mais detalhadas. Aqui caberia frisar dois elementos: de um lado, a sua importância para a compreensão das condições de reprodução das bases da legitimidade da aliança conservadora que constituiu o nosso urbano e, de outro lado, da sua estreita relação com a organização social do território das cidades. Com efeito, a sociabilidade urbana híbrida também realizou importante papel de amortecimento dos conflitos sociais na medida em que as extremas desigualdades sociais da sociedade brasileira, sempre ocultadas, justificadas e amenizadas por mecanismos relacionados ao favor, mecanismos esses realizados em interações hierárquicas pessoalizadas.

3.4.3. A segregação residencial e as desigualdades sociais

O conjunto das nossas pesquisas sobre a relação entre a segregação residencial e as desigualdades sociais tem como objetivo operacionalizar empiricamente o conhecimento da relação entre as formas urbanas e as formas de integração econômica. Em diálogo com a literatura norte-americana e europeia, buscamos entender os espaços sociais constituídos pelos processos de segregação e segmentação como configurações socioterritoriais e instituições coaguladoras das formas de integração econômica: mercado, redistribuição e reciprocidade. Por configurações socioterritoriais estamos nos referindo à estrutura social definida pela composição social dos habitantes moradores de um bairro e pelos elementos históricos e simbólicos associados à formação dos bairros que estabelecem os princípios de interação dos seus habitantes: igualitário, ordenado ou estratificado. As instituições decorrem da condensação histórica das interações e são os clubes, associações, comércio, etc. Elas expressam o capital social acumulado no plano do bairro e geram recursos para os seus moradores que incidem no acesso à estrutura de oportunidades constituídas nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade, cujo acesso depende da utilização de recursos em formas monetárias ou não.

Se nas metrópoles dos países centrais a existência contemporânea da redistribuição e da reciprocidade pode ser interpretada como a reconstrução de formas econômicas de integração diante dos efeitos desarticuladores e alienantes resultantes da expansão do mercado autorregulado⁵¹, na metrópole do capitalismo liberal-periférico elas expressam a

⁵¹ David Harvey, em seu já citado livro “A justiça social e a cidade”, interpreta desta maneira o fato da existência das formas de integração baseadas na redistribuição e na reciprocidade na metrópole contemporânea do capitalismo central. Vejamos:

busca de integração na ordem competitiva do imenso exército industrial de reserva concentrado e desenraizado do campo pelos diversificados mecanismos de acumulação primitiva. Por outro lado, elas correspondem também à reação dos semiproletários que constituem a “ralé” diante das tendências anômicas e à perda do sentido de dignidade ao estarem em uma metrópole que não os constituiu como trabalhadores e, tampouco, como cidadãos.

“Embora os lineamentos básicos da estrutura residencial na metrópole contemporânea sejam determinados pelo poder da ordem competitiva, suas várias nuances podem ser interpretadas somente como resultado de o mercado autorregulado dos indivíduos estar voltado para critérios de uma sociedade ordenada para se diferenciar diante de um processo homogeneizante de mercado de troca. O Mosaico Urbano, descrito por Timms (1971), deve ser interpretado como redistribuição e ordem sobrepostas ao mercado e à estratificação. As pessoas tentam de todos os meios tornar diferente o que o mercado tem de fato tornado homogêneo desde que a economia do espaço urbano se encontra repleta de todas as espécies de ordens espaciais de pseudo-hierarquia para expor prestígio e status em localização residencial. Esses ordenamentos são muito importantes para o auto respeito das pessoas, mas são irrelevantes para a estrutura econômica básica da sociedade.

Do mesmo modo que a redistribuição e a sociedade têm sido reconstruídas na sociedade capitalista, também a reciprocidade tem emergido sob a forma nova para agir como força contrabalançadora diante do processo de desumanização do mercado. A reciprocidade aparece, também, para desempenhar sua função tradicional na vizinhança e na comunidade local, tendo se tornado particularmente importante, por exemplo, nos primeiros anos da revolução industrial, quando comunidades de trabalhadores desenvolveram de modo típico uma reciprocidade socialmente emotiva e forte, responsável pelo abrandamento dos terríveis efeitos de um sistema opressivo de salários. O sentido de comunidade tem sido significativo como artifício protetor na cidade industrial, desde essa época. Nos primeiros estágios da urbanização industrial, a reciprocidade estava baseada, especialmente, em relações extensas de dignidade, identificações étnicas ou religiosas, ou no agrupamento de partes específicas da população sob alguma ameaça (o sentido de comunidade é bastante forte em áreas de mineração, por exemplo). Os aumentos de mobilidade e as mudanças rápidas na estrutura social fizeram muito para destruir esses laços. Atualmente, têm significado também diminuição de afeição por qualquer lugar em particular. A proximidade geográfica, a imobilidade e a reciprocidade estão indubitavelmente relacionadas.

O declínio dessa forma tradicional de reciprocidade em comunidades urbanas - bastante lamentado por alguns autores como Jane Jacobs- tem mudado o funcionamento da comunidade urbana. Na cidade estadunidense, os vínculos étnicos e uma estrutura unitariamente fechada fizeram muito no passado ao ajudar a resistir à penetração das relações de mercado de troca na vida diária e nas relações humanas dentro da comunidade. As consequências da reciprocidade são geralmente indicadas como benéficas dentro da comunidade: o comportamento baseado sobre esse modo de integração econômica fornece mecanismos amplamente mais seguros para a provisão de bens e serviços públicos do que o que resulta da lógica de uma ação coletiva baseada nos interesses individuais.” (HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**, p. 241).

4. A ORDEM URBANA NO NEOLIBERALISMO PERIFÉRICO: RUPTURA OU TRANSIÇÃO?

4.1. Hipóteses preliminares

Penso que o elemento que pode nos interessar mais neste momento de reflexão é a hipótese de reconstrução (ou não) da coalizão conservadora que vem comandando a expansão do capitalismo associado e os impactos na ordem urbana. Para os analistas que se enquadram na ótica do neoliberalismo periférico como tendência do período contemporâneo, há a reconstrução do *tripé capital internacional/Estado/capital nacional, agora sob a hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de sua lógica, com o reforço e internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais*, como mencionam os autores dos textos citados. Há nesta concepção do longo período 1990/2010 a hipótese da consolidação do modelo liberal⁵² como sucessão ao modelo de substituição de importação com a alteração, porém, da coalizão de forças dirigidas pelo capital financeiro-exportador (bancos e agronegócios) em associação com segmentos nacionais do grande capital, articulados dentro do Estado. Este seria o fato mais relevante para compreender o paradoxo de período em que o Estado intervém fortemente na economia, mas em um padrão identificado por alguns intérpretes como uma política híbrida por combinar as concepções liberal e keynesiana a serviço do histórico bloco de poder aliança conservadora, cuja hegemonia é exercida pelo capital financeiro desde o período neoliberal, mas agora em aliança com os grandes empresários, destacadamente os relacionados com o agronegócio, a produção de *commodities* e a construção civil. A legitimidade política deste bloco no poder está fundada na capacidade de o grupo dirigente construir o consentimento das camadas populares obtido pelo deslocamento político do Partido dos Trabalhadores em direção ao eleitorado da “nova classe média” e pelo fenômeno do *Lulismo* como uma espécie de Bonapartismo (Singer, 2012). Ou seja, as condições internacionais altamente favoráveis têm permitido que esta tradicional aliança seja reconstituída, atendendo aos interesses de governabilidade e de reprodução no poder de um novo grupo político (os “*lulistas, os sindicalistas, as lideranças dos movimentos sociais*”), ao mesmo tempo em que o Estado, através de sua intervenção, promove ativamente as condições internas para a superação da crise de sobreacumulação até então vigente com o fim da “era desenvolvimentista”. *Políticas keynesianas liberais* como PAC, Minha Casa Minha Vida, Infraestrutura reconstruem as condições da circulação do capital e, ao mesmo tempo, colocam nas mãos dos empresários a decisão da utilização dos recursos do fundo público, como as políticas de ativação da demanda efetiva via criação e expansão do crédito ao consumidor, transferência de renda, aumento real do salário-mínimo, etc.

Se assumirmos esta hipótese para compreender as mudanças em curso nas metrópoles brasileiras no período de 1980/2010, seria imperioso a reflexão sobre as eventuais mudanças no urbano nesta nova etapa. Se há uma conexão entre a dinâmica de

⁵² Denominado Modelo Liberal-Periférico pelos autores mencionados.

organização do território e a dinâmica econômica, parece-nos coerente admitir que o modelo liberal em consolidação no Brasil tem alguma tradução no processo de metropolização. Com o intuito de propor a reflexão sobre esta questão de análise, tento a seguir enunciar a compreensão do urbano no modelo de substituição de importação. Apresentarei, para tanto, a sistematização da relação entre o capitalismo urbano constituído no Brasil após a Segunda Guerra Mundial e a formação do nosso capitalismo industrial.

Partimos da suposta hipótese de que o período 1980/2010 conforma um longo processo de transformação da ordem urbana brasileira que apresenta as seguintes características:

- a. expansão da órbita do mercado na organização da cidade, portanto com o *fechamento da fronteira urbana*;
- b. passa a ter centralidade a apropriação do território urbano pelas forças liberais-internacionalizantes, especialmente das cidades brasileiras ao se constituírem em ativos atraentes para os capitais que buscam no deslocamento espaço-temporal (Harvey) alternativas à crise de acumulação global;
- c. os ativos são atraentes por serem relativamente baratos em relação a outras frentes de acumulação e porque agora contam com as garantias de uma política macroeconômica orientada para assegurar as condições da inserção do país no livre movimento global dos capitais;
- d. entretanto, torna-se necessário, ainda, que as políticas urbanas locais sejam redesenhadas para assegurar o investimento territorial destes capitais (direto ou associado), o que significa a demanda de uma nova ordem urbana cujo traço distintivo é a garantia do mercado como instituição central na organização do uso e ocupação do solo;
- e. torna-se necessário que a cidade seja objeto de um novo padrão de gestão, cuja marca principal o *desembebimento*⁵³ das relações mercantis de uso e ocupação do solo (mas também na provisão de moradia, serviços urbanos) das *convenções sociais* que limitam o pleno funcionamento do mercado autorregulado;
- f. a plena, regular e formal propriedade privada deve agora ser o mecanismo de acesso ao uso e ocupação do solo;
- g. também torna-se necessária a reconstrução da “sagrada aliança”, dando lugar aos novos interesses, que diferenciam em razão da sua lógica financeira (em

⁵³ Neologismo do termo *embeddedness*: o grau em que a atividade econômica se descola da regulação das instituições sociais.

contraposição à patrimonial) e pela sua escala (multiescalar em contraposição ao localismo);

- h. a mercantilização da cidade, aliada à expansão do mercado de consumo, fragiliza o regime “familístico-mercantil” de reprodução das relações sociais e desencadeia a crise do padrão híbrido de sociabilidade urbana no controle social, cuja face visível é o quadro de “violência urbana”;
- i. em consequência emerge uma conjuntura de potenciais conflitos urbanos com possibilidade de superação do histórico quadro de fragmentação, mas cuja tradução em movimentos sociais postuladores de um outro projeto de cidade depende dos processos políticos e ideológicos de construção social desses conflitos.

A seguir, desenvolvemos algumas ideias que podem nos ajudar na formulação das bases teóricas destas hipóteses.

4.2. O Capitalismo Urbano no Neoliberalismo Periférico

Nos termos das ideias de Harvey, podemos dizer que ao longo do período 1980/2010 está em curso a disputa por um novo marco regulatório das cidades, em especial nas metrópoles, na direção da sua plena mercantilização, como base da constituição de uma nova *coerência estruturada*⁵⁴ (Harvey) ou da *máquina do crescimento*⁵⁵ ou de um *regime urbano*⁵⁶, distintos conceitos com os quais podemos perceber mudanças nas políticas urbanas que as transformam em bases espaciais e institucionais das novas condições da plena circulação do capital.

Para a compreensão dos fundamentos desta hipótese, quatro ideias merecem algumas breves considerações retiradas dos trabalhos de Polanyi⁵⁷, D. Harvey⁵⁸, N. Brenner, Peck e Theodore⁵⁹.

⁵⁴ “(...) coerência estruturada em relação à produção e ao consumo em um determinado espaço. Essa coerência estruturada, (...), abrange as formas e as tecnologias de produção (padrões de utilização de recursos pelas conexões interindustriais, formas de organização, tamanho de empresas), as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo (padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia), os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra (hierarquias das habilidades de mão-de-obra e processos sociais de reprodução para assegurar a oferta dos mesmos) e as infraestruturas físicas e sociais” (Harvey, 2006, p. 146).

⁵⁵ MOLOTCH, Harvey. The city as a growth machine: Towards a political economy of place. **American Journal of Sociology** 82, 1976.

⁵⁶ PRATCHETT, Lawrence & WILSON, David. Local Government under Siege. In: PRATCHETT, Lawrence & WILSON, David (Orgs.). Local Democracy and Local Government. London: Macmillan Press, 1996; STOKER, Gerry. Regime Theory and Urban Politics. In: JUDGE, David; STOKER, Gerry and WOLMAN, Harold (Orgs.). Theories of Urban Politics. London: SAGE Publications, 1995. STONE, Clarence N. **Regime Politics**. Kansas, USA: University Press of Kansas, 1989.

⁵⁷ POLANYI, K. **A grande transformação**: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

4.2.1. A Remercantilização como desproteção social

Primeira ideia: a remercantilização significa transformar em mercadoria o que estava sob a proteção social, basicamente o dinheiro, o trabalho e a terra. A utilização da expressão remercantilização decorre do fato de que, na história recente do capitalismo, em função das lutas sociais entre capital X trabalho, dos movimentos sociais e culturais (ambientalismo, preservacionismo, defesa de patrimônios, etc.) e das lutas intercapitalistas ocorreu a transformação do marco regulatório criado pelas próprias necessidades da circulação do capital para além das necessidades mercantis. A neoliberalização expressa a demanda da liberação do mercado destas instituições protetoras e sua substituição por outras adaptadas às necessidades mercantis.

4.2.2. A Remercantilização como desregulação social

Segunda ideia: a remercantilização não é o desaparecimento da regulação pública. Ao contrário do senso comum, a sua realização não demanda a eliminação da regulação pública da reprodução do capital, pois não há um espaço estabilizado de reprodução do capital sem que, anexo ao mercado, existam instituições para regular as relações mercantis. Mas, as instituições de regulação devem ser desenhadas e funcionar baseadas e orientadas pela lógica do mercado. A melhor ilustração desta característica regulatória das novas instituições criadas pela neoliberalização é a substituição da concepção preservacionista no debate ambiental pela concepção baseada no princípio poluidor-pagador.

4.2.3. A Remercantilização como processo

Terceira ideia: A remercantilização é um processo que implica em transições e não em ruptura. Por que transições ao invés de transição no singular? Por um lado, porque a remercantilização implica não apenas em mudanças das relações econômicas, mas mudanças das instâncias institucionais da sociedade (ideológica, cultural, política, jurídica, etc.). Também porque implica em transição espacial já que, desde a obra de Manuel Castells, sabemos que é complexa a relação entre sociedade e espaço, no sentido de que a ordem espacial de uma sociedade não é um puro reflexo das suas relações sociais⁶⁰. Por outro lado,

⁵⁸ HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁵⁹ BRENNER, N. Peck, J. & THEODORE, N. – Y despeues de la neoliberalización? Estrategias metodológicas para la investigación de las transformaciones regulatórias contemporâneas, Urban, marzo 2011.

⁶⁰ “Considerar a cidade como a projeção da sociedade no espaço é ao mesmo tempo um ponto de partida indispensável e uma afirmação muito elementar. Pois, se é necessário ultrapassar o empirismo da descrição geográfica, corremos um risco muito grande de imaginar o espaço como uma página branca na qual se inscreve a ação dos grupos e das instituições, sem encontrar outro obstáculo senão o das gerações passadas. Isso equivale a conceber a natureza como inteiramente moldada pela cultura, enquanto que toda problemática social nasce da união indissolúvel destes dois termos, através do processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes), o “homem”, transforma-se e transforma seu ambiente na luta pela vida e pela apropriação diferenciada do produto do seu trabalho.”. CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 18).

devemos falar em transições uma vez que a mercantilização é uma luta em torno do processo de transformação que não evolui de maneira coerente. Por esta razão, a neoliberalização acontece de forma diferenciada, heterogênea e mesmo contraditória entre instâncias, escalas e lugares. Também é um processo que ocorre sob os efeitos da dependência à trajetória, isto é, não apenas depende do ponto de partida (grau de regulação e proteção social alcançados na fase anterior) como também dos processos concretos e de resultados obtidos nos processos de neoliberalização e de resistência. Neste sentido, contam muito as raízes ideológicas e históricas alcançadas anteriormente. Em sociedades que construíram amplos e enraizados regimes de bem-estar podem criar uma cultura não mercantil e mesmo antimercantil sobre aspectos e esferas da reprodução social que podem constituir resistência ao processo de remercantilização. Por exemplo, a concepção alcançada em uma sociedade a respeito da proteção da *infância* como ciclo da vida dos indivíduos a ser protegido por instituições sociais como a família, a escola, etc. pode se transformar em valores culturais que resistem à transformação de crianças em trabalhadores, não obstante o empobrecimento das famílias ou a fragilização da escola. Podemos pensar nesta direção certos aspectos da cidade. A conquista do transporte urbano como direito social a ser assegurado pelo poder público pode dificultar a sua transformação em serviço privado organizado exclusivamente pela lógica mercantil. Podemos ainda pensar nesta direção, de maneira um pouco mais genérica, no quanto que a trajetória de neoliberalização de uma cidade pode ser diferente de outra pelo fato de a legislação urbana existente em uma delas ter absorvido, ao longo dos tempos, ideais de higienismo, de proteção do meio urbano (construído ou natural), de preservação de valores culturais e pelo fato de que tais ideais tenham se enraizado na sociedade como referências coletivas, enquanto que na outra ou a legislação não se desenhou segundo tais princípios, ou eles não se enraizaram socialmente. É por essa razão que Brenner afirma que o atual processo de remercantilização não deve ser entendido como simples repetição do que ocorreu no século XIX. Temos hoje um contexto geopolítico e geoeconômico diferente em termos qualitativos e quantitativos. Além do mais, a neoliberalização toma caminhos influenciados pelos fracassos regulatórios do que vai acontecendo. Por exemplo, na etapa inicial a pobreza era concebida como um efeito passageiro do processo de neoliberalização do mercado de trabalho. Ademais, a política social deveria se restringir a intervenções pontuais e focalizadas nos grupos mais vulneráveis, além de ser concebida como ação transitória para não interferir negativamente nos mecanismos de virtuosos ajustes via o mercado. O fracasso desta concepção levou a uma importante mudança na concepção liberal no que concerne à política de combate à pobreza. O atual processo de neoliberalização é também distinto do anterior na medida em que surge em um contexto institucional consolidado, diferente do que ocorreu no século XIX.

4.2.4. A Remercantilização no contexto histórico atual

Quarta ideia. A remercantilização no contexto histórico atual implica na construção do consentimento. Harvey fala na existência de um “mapa móvel” do processo de

neoliberalização e das dificuldades em construir uma visão de conjunto das mudanças. Ao mesmo tempo, para Harvey, a neoliberalização é uma “longa marcha”, na qual estratégias baseadas na força (Chile de Pinochet) combinam-se com outras fundadas na construção do consentimento. Porém, o mundo estaria se submetendo ao processo de neoliberalização mais pela segunda via, ou seja, pela difusão e afirmação da *concepção neoliberal do mundo* cujos pilares seriam, de um lado, a predominância dos valores relacionados ao direito à liberdade do indivíduo, especialmente em relação aos valores fundados no princípio da igualdade. Há uma inversão da hierarquia de valores que fundamentou a construção das instituições sociais de regulação e proteção sociais que constituíram o *Estado de Bem-Estar Social* que, especialmente no pós Segunda Guerra Mundial, expressava outro consentimento da sociedade no qual os indivíduos aceitavam abrir mão de parte de sua plena liberdade individual associada ao mercado em favor do engajamento em um sistema de obrigações e responsabilidades que assegurassem a coesão da sociedade.

4.2.5. A neoliberalização

Quinta ideia. A neoliberalização não se restringe apenas ao mundo das relações econômicas, mas também implica em transformações culturais que constroem o consentimento. Transformações da cultura em geral e de campos culturais específicos. Por exemplo, transformações da cultura jurídica. Podemos observar o complicado processo de construção do consentimento necessário para o nascimento do Estado de Bem Estar Social se acompanharmos a longa marcha das necessárias transformações da cultura jurídica das sociedades europeias no final do século XIX para o surgimento do conceito de direitos sociais. A magistral interpretação de François Edwald sobre o surgimento do Estado Providência⁶¹ vai nesta direção, pois este autor mostra de maneira detalhada como esta instituição surge ao longo do processo que culmina na construção de um novo arcabouço jurídico que transforma a noção do direito de uma problemática da responsabilidade em outra de solidariedade.

4.2.6. A longa marcha

Para Harvey, a longa marcha da neoliberalização, que desconstrói este consentimento e propõe outro, não se realiza apenas no plano das lutas em torno das ideologias políticas. As lutas se misturam com vários processos de transformação cultural como, por exemplo, os levantes mundiais iniciados em maio de 1968, em que já havia uma tensão entre os clamores pelas liberdades individuais e os referentes à justiça. Mas nos anos 1960/1970 havia possibilidade destas duas demandas se articularem em plataformas comuns em razão da percepção de um único inimigo: os interesses das grandes corporações e a ação do Estado tecnocrático e intervencionista. Estas duas forças dirigiam o mundo de maneira individualmente opressiva e socialmente injusta: exagerado consumismo, degradação ambiental, guerra, imperialismo, necessidades sociais não satisfeitas. A demanda era pela

⁶¹ EDWALD, F. *L'État Providence*. Paris: Grasset, 1986.

reforma do Estado opressor e das grandes corporações. O neoliberalismo não criou esses clamores, mas soube bem aproveitá-los. Considerando a importância da estratégia do consentimento na afirmação da visão neoliberal do mundo, ganha muito importância refletir sobre o eventual papel da cidade como laboratório de experimentação das políticas neoliberais. No processo histórico da construção da concepção regulatória e protetora do Estado do Bem-Estar-Social, a cidade nos primeiros anos do século XX já tinha servido como laboratório de experimentação que legitimou e difundiu as concepções e representações da questão social que depois (no pós Segunda Guerra Mundial) vão constituir as bases ideológicas, políticas e cognitivas da proteção social e regulação do mercado. Teve relevante importância na construção e difusão da percepção coletiva das causas da crise higiênica e da crise social decorrente do pauperismo como fato social ao invés de moral. O mesmo sucedeu com a construção da ideia de planejamento como modelo de ação ao invés de ação emergencial. Ver a este respeito a relação entre o projeto da reforma social e do urbanismo realizada por Christian Topalov⁶².

⁶² TOPALOV, C. (1988) ; MAGRI, S. e TOPALOV, C. De la cité-jardin à ville rationalisée: un tournant du projet réformateur. Étude comparative France, Grand Bretagne, Italie, États-Unis. **Revue Française de Sociologie**, 28, 3, julho/setembro de 1987; TOPALOV, C. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise. **Espaço & Debates**, número 34, 1991; TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q e PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

5. DESAFIOS DA COMPARAÇÃO

Esta concepção da mercantilização da cidade como um processo histórico ao invés de uma ruptura da ordem urbana tem implicações em nosso trabalho comparativo no tempo e no espaço. Ela nos coloca a necessidade de superar os limites das concepções *empiristas* e *presenteístas* expressas pela desconsideração da dimensão histórico-processual), na medida em que lança luz na comparação das trajetórias de mudanças das metrópoles e seus efeitos no longo período 1980/2010.

5.1. O que comparar?

As características de cada metrópole neste período ou as trajetórias de mudanças de cada metrópole e seus efeitos nas características de cada uma? Devemos pensar na comparação das trajetórias das metrópoles na formação da ordem urbana desenvolvimentista e nas suas tendências na direção da ordem urbana neoliberal. Tal perspectiva implica na utilização de duas abordagens:

- Combinar a análise de trajetória de longa duração com a trajetória de curta duração. Isto implica em definir uma periodização que comporte os seguintes períodos: (i) o correspondente aos determinantes históricos; (ii) o da formação da ordem urbana desenvolvimentista; e, (iii) o da transformação em direção à ordem neoliberal.

Nesta periodização, é fundamental considerar duas dimensões: (i) a da história nacional e (ii) o da história local-regional de cada metrópole. Seria interessante pensar em ciclos.

- Identificar e analisar o papel das mudanças das instâncias da ordem urbana na constituição das trajetórias. Nos termos do nosso projeto, as instâncias poderiam ser: (i) estrutura produtiva local; (ii) mercado de trabalho; (iii) transição demográfica; (iv) estrutura social; (v) organização social do território; (vi) arranjos políticos; (vii) política urbana e sua articulação com as estrutura produtiva.

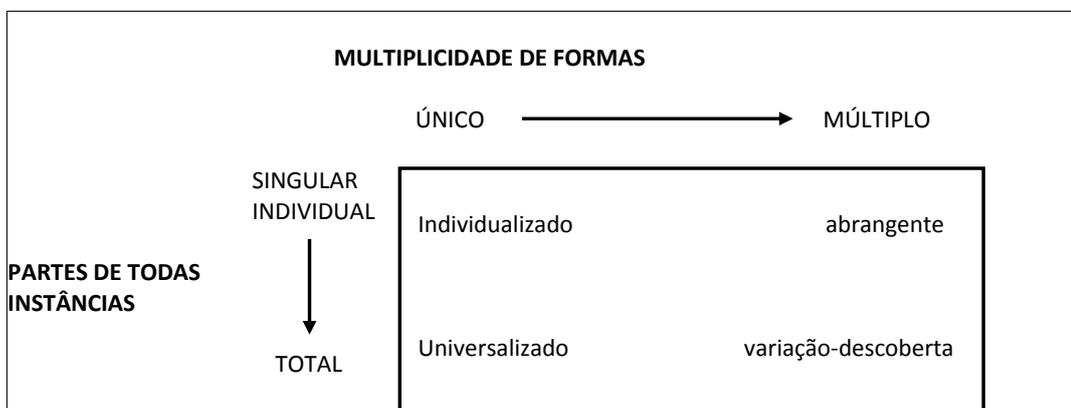
Como articular ciclos históricos: global, nacional, regional e local? Importância da análise de “longa duração”.

5.2. Modelos de Comparação

Sabemos que nas ciências sociais há diversas concepções de pesquisa comparativa. Para a nossa pesquisa, propomos considerar como referência a formulação de modelos comparativos de Charles Tilly (1984), apresentada em seu livro “Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons”.

Tilly parte do princípio de que a escolha do modelo adequado depende dos objetivos que a pesquisa pretende alcançar. A tipificação de modelos que elabora tem objetivo de

iluminar estratégias de pesquisa que buscam conhecer particularidades históricas de um fenômeno considerado como universal e construído teoricamente. Os tipos são os seguintes: Individualizados (*individualizing comparisons*), universalizados (*universalizing comparisons*), abrangentes (*encompassing comparisons*) e comparação variação-descoberta (*variation-finding comparisons*). O Quadro 1 abaixo expressa as diferenças entre os modelos.



Vamos apresentar os modelos imaginando estratégias de comparação de cidades com o fenômeno da globalização. Para tanto, vamos utilizar a sistematização das pesquisas sobre o tema elaborada por Brenner (2001) em interessante resenha que faz do conhecido estudo comparativo feito por Abu-Lughod (1999) sobre Los Angeles, Nova York e Chicago⁶³. A partir do conceito de *global city* que propõe a compreensão das características e dos processos de transformação das cidades em função da globalização econômica⁶⁴. Para podermos investigar os casos particulares de cidades, buscando compreender os papéis das diferentes instâncias, constroem o fenômeno da *global city* (econômico, político, cultural, etc.).

Os dois primeiros modelos são apropriados para investigações realizadas em países considerados como sociedades coerentes e/ou autônomas, mas que se transformam em função da globalização econômica. As comparações individualizantes teriam como objetivo contrastar casos específicos de *global city*, iluminando as peculiaridades de cada caso. Já as comparações universalizadas consideram todas as instâncias da *global city* e buscam entender a ação da cada uma delas em casos singulares de cidades que se transformaram em cidades globais. O objetivo é saber se todas as instâncias seguem essencialmente a mesma regra teoricamente formulada. Os dois outros tipos são adequados para pesquisas que pretendem comparar as transformações de cidades que articulam em redes próprias. Já as comparações abrangentes, por sua vez, implicam na escolha, pelo pesquisador, de diferentes instâncias da globalização em várias cidades que integram o mesmo sistema histórico para explicar as suas características em função das suas diferentes relações com o

⁶³ Brenner, Neil. **World City Theory, Globalization and the Comparative-Historical Method: Reflections on Janet Abu-Lughod's Interpretation of Contemporary Urban Restructuring** (2001).

⁶⁴ Neste sentido, poderíamos falar em uma “teoria da cidade global” ou “teoria da cidade mundial”.

processo de globalização. Por fim, a variação-descoberta tem como objetivo estabelecer um princípio de variação no caráter e na intensidade de um fenômeno através do exame de diferenças sistemáticas entre instâncias. Neste caso, cada variação expressa a relação de causalidade resultante da combinação da ação de instâncias que atuam na escala global com as que incidem na escala local, o que significa dizer que a história de cada cidade importa.

Segundo Brenner (2001), podemos identificar os exemplos de trabalhos comparativos sobre o tema globalização das cidades.

Quadro 2 - Modelos e Exemplos de Estudos Comparativos de Cidades e a Globalização.

| MODELOS COMPARATIVOS | DESCRIÇÃO | EXEMPLOS |
|----------------------|---|---|
| Individualizado | Tem como objetivo contrastar casos específicos de um dado fenômeno como um meio de apreender as peculiaridades de cada caso. | Keil Roger, em Los Angeles (1999); Keil Lieser Roger e Pedro, "Frankfurt: a política da cidade global-local" (1992); Mollenkopf e Manuel Castells, eds, Dual City: nova reestruturação York (1992); Edward Soja, "A reestruturação econômica e a internalização de Los Angeles" (1989); Estudos de casos por Graham Todd (em Toronto) e Ramón Grosfoguel (em Miami) em P. Taylor Knox e P., Mundo Cidades do sistema-mundo (1995); Anthony King, Cidades Globais: O pós-imperialismo e a internacionalização de Londres (1991). |
| Universalizado | Comparação entre <u>todas as</u> instâncias de um dado fenômeno para saber se seguem essencialmente a mesma regra de mudança. | Edward Soja, O estímulo de um pouco de confusão: uma comparação contemporânea de Amsterdão e Los Angeles (1992); Susan Fainstein, A Construção da Cidade (1994). |
| Abrangente | Comparação entre <u>todas as</u> instâncias de um dado fenômeno para saber se seguem essencialmente a mesma regra de mudança. | John Friedmann, "A cidade do mundo hipótese". (1986); Richard C. Hill e Feagin Joe, "Detroit e Houston: duas cidades perspectiva global" (1989); Saskia Sassen, A Cidade Global: Nova York, Londres, Tóquio (1991); Anthony King, Urbanismo, Colonialismo e a Economia Mundial (1991). |
| Variação-Descoberta. | O objetivo é estabelecer um princípio de variação no caráter e na intensidade de um fenômeno através do exame das <u>diferenças sistemáticas entre os papéis entre as instâncias.</u> | Marcuse e Peter van Kempen Ronald, Globalizando Cidades: Uma Nova Ordem Espacial (2000); Janet Abu-Lughod, New York, Chicago, Los Angeles (1999). |

Fonte: Brenner (2001).

Parece-nos que o modelo que mais se aproxima das condições, possibilidades e interesses do nosso trabalho comparativo seria o da variação-descoberta. Partindo do conceito de metrópole liberal-periférica e considerando a suposição de que podemos tomar como referência temporal a “longa-duração”⁶⁵ de 1970-2010, poderíamos nos propor a análise das transformações das 15 metrópoles sobre as quais trabalhamos buscando a interação das instâncias das escalas nacional-local. Esta estratégia nos permitiria superar a elaboração de análise fundada na concepção do local como a escala de percepção dos efeitos de forças causais que atuam na escala nacional. Poder-se-ia argumentar criticamente sobre a adoção dessa estratégia de análise com base na interpretação de que as escalas nacional e local são mutuamente constituintes. Creio que esta crítica seria pertinente se considerássemos outros fenômenos sociais como as transformações das estruturas produtivas, na medida em que podemos considerar que este período de análise é marcado pela consolidação de um mercado nacional. Nesse caso, parece-me bastante pertinente o argumento da interação dos processos constitutivos das escalas nacional e local. Mas, em se tratando do fenômeno urbano, creio que estamos examinando dinâmicas que resultam da articulação de processos nacionais com processos locais, portanto, com forte peso das trajetórias históricas de cada metrópole.

Esta afirmação parece-me mais aceitável ainda se consideramos a estratégia comparativa que está sendo proposta.

5.3. Exemplo de pesquisa comparativa: Nova York, Chicago e Los Angeles

A pesquisa comparativa realizada por Abu-Lughod (1999) constitui-se em exemplo interessante para inspirar os nossos propósitos. Como dissemos anteriormente, ela constrói um modelo de análise semelhante ao mencionado como “variação-descoberta”, segundo a tipologia de Charles Tilly, aplicando-o em uma problemática semelhante a que orienta o nosso trabalho. A autora busca superar o estudo de análises simplificadas e simplificadoras da relação entre as dinâmicas global e local na descrição e explicação das trajetórias pelas quais cada uma das três grandes metrópoles estadunidenses se transformaram em cidades globais. Também se propõe superar concepções a-históricas em muitos estudos sobre o tema da reestruturação urbana decorrente da globalização econômica. Recorrendo a uma leitura de longa duração sobre a expansão do capitalismo, assume como ponto de partida que a globalização econômica não é um fenômeno recente, mas uma dinâmica inerente à própria conformação do capitalismo como sistema econômico.

Recorro a seguir à instigante resenha do livro elaborada por Neil Brenner, já mencionada:

⁶⁵ Se utilizássemos a conceituação espaço-temporal de F. Braudel e G. Arrighi estaríamos, de fato, trabalhando na escala temporal da conjuntura.

“O mais recente livro de Janet Abu-Lughod, New York, Chicago, Los Angeles: America’s Global Cities (1999) [New York, Chicago, Los Angeles: Cidades Globais da América] representa um impressionante êxito. Constituindo-se em um quadro de referência para o debate contemporâneo sobre a globalização e as cidades mundiais, o livro constrói um poderoso apelo para uma perspectiva historicamente mais matizada sobre formas contemporâneas de reestruturação urbana. Enquanto que estudiosos como Anthony King (1991a, 1991b) têm articulado críticas análogas do "presentismo" que continua a permear os estudos urbanos contemporâneos, Abu-Lughod está entre os primeiros urbanistas que sistematicamente tentaram explorar na íntegra as ramificações metodológicas e empíricas de uma perspectiva histórica genuína para a interpretação da mudança urbana no período presente. Abu-Lughod defende, em uma frase, insistentemente ao longo do livro que "a história importa". Sua análise se desenha em torno da opinião de que discussões contemporâneas das cidades mundiais, do pós-fordismo e da globalização têm radicalmente exagerado a singularidade histórica das transformações urbanas contemporâneas, as quais podem ser entendidas mais adequadamente, argumenta ela, no contexto de muitos séculos de interação entre processos econômicos de escala mundial e condições econômicas, sociais e políticas locais em transformação. Portanto, como Abu-Lughod persuasivamente demonstra neste livro, é apenas levando em consideração o legado histórico na *longue durée* das forças globais dentro de regiões metropolitanas que podemos adequadamente decifrar as complexas transformações questionadas que se desenvolveram em cidades nos Estados Unidos e além, durante as três últimas décadas.

Abu-Lughod persegue estes objetivos através de uma investigação detalhada das trajetórias evolutivas de espaços urbanos específicos durante uma extensão de tempo muito longo. O estudo maciço de Abu-Lughod sintetiza uma quantidade imensa de material histórico sobre Nova York, Chicago e Los Angeles, incluindo materiais de arquivo, mapas históricos, fontes secundárias diversas, e análises acadêmicas lucidamente escritas fazendo um balanço de cinco "ciclos" diferentes de desenvolvimento urbano que têm fundamentado a história do desenvolvimento urbano nos Estados Unidos. A lente histórica de Abu-Lughod é extraordinariamente aberta, mas seu texto é impressionantemente coerente, eloquente e de afável leitura. A análise está configurada ao longo de três eixos principais:

Escala de tempo. Cinco ciclos gerais de desenvolvimento urbano são delineados, cada qual traduzindo os processos econômicos em escala mundial, a evolução do sistema urbano nacional dos Estados Unidos e as mudanças locais do ambiente construído de cada cidade. Os cinco ciclos são os seguintes: (1) a era do capitalismo mercantil proveniente da fundação colonial em 1607 até meados de 1820, (2) a era da industrialização precoce e a construção do canal a partir da década de 1820 até a depressiva década de 1870, (3) a era da alta industrialização, corporações de larga-escala, e uma segunda onda de migração internacional em massa a partir dos anos 1870 até meados da década de 1920, (4) a era do crescimento Fordista e gastos militares expandidos a partir do *crash* bolsista de 1929 até o início de 1970, e (5) o período contemporâneo de reestruturação global-local, que começou próximo à recessão global dos anos 1970 e continua até o presente dia. Como Abu-Lughod indica, os ciclos de Kondratieff de escala mundial têm gerado potentes repercussões não somente na economia nacional dos EUA, mas também nos padrões de desenvolvimento urbano dentro de cada uma das principais regiões metropolitanas sob investigação em seu estudo. Sua análise também indica como cada cidade adquiriu as condições necessárias para "status de cidade mundial" em momentos históricos diferentes - Nova York

durante o segundo ciclo, Chicago, durante o terceiro ciclo, e Los Angeles durante o quarto ciclo.

Escala espacial. Embora a análise de cada uma dessas fases esteja focada mais essencialmente nas transformações na escala local (a qual se expandiu rapidamente para a escala regional ou metropolitana conforme a população de cada cidade cresceu), Abu-Lughod habilmente elabora um balanço das mudanças em outras escalas, especialmente a nacional e a global, em sua análise histórica de cada cidade. Assim, o contexto nacional desenha sua história, tanto como um campo mais amplo das relações interurbanas e da evolução das infraestruturas de transporte, e como um contexto político supralocal que frequentemente impõe restrições significativas nas trajetórias institucionais locais. Analogamente, como já indicado, o contexto global abrange toda a discussão na medida em que cada cidade é posicionada não apenas na evolução do sistema urbano dos EUA, mas também em relação às mudanças do sistema capitalista mundial, desde o período do mercantilismo colonial até as depressões globais da década de 1870 e de 1929, até o mais recente ciclo de reestruturação induzido pela crise da década de 1970. Uma das chaves do talento metodológico do livro é essa análise em cada uma das fases históricas dos processos urbanos e supra urbanos dentro de um quadro histórico-analítico singular.

Processos sociais substantivos. Finalmente, dentro desses parâmetros espaço-temporais globais, o estudo de Abu-Lughod elabora uma análise sistemática histórico-comparativa das trajetórias de desenvolvimento urbano em Nova York, Chicago e Los Angeles. Abu-Lughod é bem conhecida por seu trabalho histórico-comparativo pioneiro em cidades do Norte da África e do Oriente Médio; sua análise de Nova York, Chicago e Los Angeles emprega uma metodologia análoga hermeticamente fechada para explorar as muito diferentes trajetórias econômicas, sociais e geográficas de cada uma dessas cidades durante a história do capitalismo americano. Em particular, Abu-Lughod centra seu estudo sobre oito formas de variação entre as três cidades: (1) suas posições estruturais de mudança na economia mundial; (2) a transformação permanente de suas instalações físicas por meio de atividades humanas; (3) o impacto de suas funções econômicas, patrocínios políticos e os padrões culturais originais; (4) o "cohort moment", no qual cada cidade experimentou sua expansão física mais dramática; (5) as tecnologias de transporte que moldaram cada ambiente construído da cidade, durante os seus "cohort moment"; (6) as taxas, as fontes e a composição da variação demográfica ao longo do tempo; (7) a mudança social e a organização tecnológica de produção e comunicação no interior de cada cidade, e (8) a evolução das relações de classe, das instituições políticas e das culturas políticas dentro de cada cidade. Como referência para essas questões multifacetadas revela que o estudo de Abu-Lughod sobre o desenvolvimento urbano de cada cidade é ambiciosamente sintético e abrangente. Sua análise de cada fase de desenvolvimento dentro das três cidades explora notavelmente uma constelação ampla de transformações tecnológicas, de infraestrutura, sociais, políticas, econômicas e geográficas, desde as condições sociogeográficas iniciais dentro da qual cada cidade foi primeiro estabelecida para a sua posterior evolução, expansão e transformação contínua através de diversas influências econômicas, demográficas e políticas. Conforme a narrativa de Abu-Lughod se desdobra, ela continuamente contextualiza sua análise de cada cidade através de referências comparativas para os deslocamentos que estavam se desenrolando durante o mesmo período no interior das outras duas cidades.

Ao desenhar os seus estudos dentro desses parâmetros globais e explorando cada geografia histórica em gradual evolução da cidade nos mínimos detalhes,

Abu-Lughod proporciona uma demonstração especializada do que uma análise urbana histórico-comparativa rigorosamente executada pode realizar. Embora reconhecendo o grau em que Nova York, Chicago e Los Angeles têm sido incorporadas por muito tempo dentro de um contexto político-econômico global e nacional comum, a principal preocupação de Abu-Lughod é desenterrar as condições específicas, os processos e forças que têm sustentado suas trajetórias de desenvolvimento muito diferentes durante os últimos dois séculos.

O livro *New York, Chicago, Los Angeles* de Abu-Lughod não é apenas um exemplo de análise histórica metodologicamente sofisticada, mas também um poderoso trabalho de crítica política. Em desdobramento ao seu conto épico do crescimento, declínio e da contínua reestruturação socioespacial urbana, Abu-Lughod combina os métodos relativamente independentes de análise sociocientífica e histórica, com o compromisso apaixonado de uma crítica política preocupada em desvendar as relações de poder subjacentes, as persistentes desigualdades e as diversas formas de conflito sociopolítico e de violência cotidiana que há muito tempo permeou o tecido urbano capitalista. Consequentemente, embora tratando com cuidado as questões metodológicas e comparativas mais amplas em torno das quais seu estudo é delineado, o livro de Abu-Lughod também é animado por um esforço persistente para decifrar os múltiplos desafios e conflitos sociais que têm afirmado as geografias históricas de longo prazo de Nova York, Chicago e Los Angeles. Deste modo, o livro fornece uma fonte extraordinariamente útil para os pesquisadores interessados por qualquer aspecto histórico ou contemporâneo do desenvolvimento urbano nas três cidades sob investigação e, mais geralmente, no sistema urbano dos EUA como um todo. É este conjunto de camadas múltiplas de argumentos e narrativas que falam simultaneamente para leitores divergentes que faz do mais recente livro de Abu-Lughod uma conquista tão notável” (Brenner, 2001, n.p.).

5.4. Estratégia de comparação: ponto de partida

Com efeito, estamos propondo tomar como instância de comparação o eixo II do nosso trabalho: a ordem espacial das metrópoles. Isto implica assumir como “variável dependente⁶⁶” (i) os padrões de organização social do território das metrópoles, (ii) a explicação das suas dinâmicas de constituição (estrutura social e mercado de trabalho, demografia, mercado imobiliário, sistemas de transportes, políticas urbanas, modelos de governos, organização institucional das metrópoles, padrões de relações entre níveis de governo, etc.) e a descrição da relação entre organização social do território e desigualdades sociais (mercado de trabalho e educação). O eixo I e III poderiam ser considerados como variáveis independentes: posição da metrópole na rede urbana, inserção da metrópole na estrutura produtiva regional/nacional, políticas nacionais de moradia, saneamento, etc.

Esta estratégia comportaria também pensar a análise em ciclos temporais, que devem também ser analisados na dupla dimensão nacional-local. Propomos a seguinte periodização:

⁶⁶ Assumimos aqui linguagem empírica como recurso retórico para melhor explicitar o que está sendo proposto.

O Quadro 3 (Ciclos Nacionais: Economia, Sociedade e Desenvolvimento Urbano) propõe um exercício de identificação dos ciclos nacionais segundo o qual teríamos que interpretar os ciclos locais.

| Ciclos | Economia | Conjuntura Econômica | Conjuntura Social | Conjuntura Política | Desenvolvimento Urbano |
|--------------------------------------|---|---|---|---|---|
| Formação Histórica – antes de 1950 | Passagem de uma integração inter-regional frágil para uma incipiente complementaridade inter-regional interna. Industrialização restringida (1930-1955), baseada na demanda gerada pela cafeicultura. | Deslocamento do incipiente eixo industrial para São Paulo. | Pobreza urbana. Surgem os primeiros segmentos das classes médias. Migração estrangeira. | Políticas dos governadores. Tenentismo. Estado Novo e a integração das oligarquias regionais do pacto político conservador. | Urbanização incipiente e atomizada, resposta às necessidades da economia de importação. Embelezamento e Higienismo como bases de renovação urbana. Primeiros planos urbanos orientados para a modernização viária das cidades. Agache e Prestes. |
| Modelo Desenvolvimentista 1950/1980 | Industrialização acelerada. Tripé: Estado/ Empresa Privada Nacional/ Empresa Privada Internacional. Desenvolvimento Associado. Endividamento Externo. Petrodólares. Fordismo periférico (Lipietz). Surgimento do setor público produtivo. Industrialização baseada na produção de bens de consumo duráveis. Surgimento do complexo automotor. | Expansão do mercado formal de trabalho. Expansão do proletariado industrial sindicalizado. Manutenção de um grande contingente na informalidade. Integração do mercado nacional sem, contudo, absorver as dinâmicas mercantis regionais e locais. | Formação de um núcleo da classe operária moderna. Formação de um novo segmento de “classes médias” fundada nas profissões. Elevadas taxas de mobilidade social intra-geracional. Concentração da renda. Emergência dos movimentos sociais de base (O Povo em Movimento). Surgimento do sindicalismo autônomo. | Autoritarismo. (1964) Constituição da “Sagrada Aliança” (Dain e Lessa). Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs. Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados. Surgimento do Sindicalismo autônomo. Surgimento das comunidades eclesiais de base. Surgimento do PT. Surgimento da técnica burocracia pública. Investimentos na infraestrutura urbana: sistema de circulação e rodovias (modelo da automobilização). Criação das Regiões Metropolitanas. Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Política de integração nacional – Planejamento deveria ter uma perspectiva nacional. Transformação da CNDU em CNPU (1979). | Explosão do crescimento urbano nas grandes cidades, em razão das altas taxas de fecundidade e da forte migração campo-cidade. Des-ruralização do país. Urbanização e Metropolização. “Urbanização sob a lógica da desordem” (Kowarick). Luta por assentamento na cidade, formalização fundiária e serviços urbanos. |
| A Crise do Modelo Desenvolvimentista | Primeira grande crise do Petróleo em 1978. Moratória do México de 1982. Ciclos de Crescimento e Estagnação. Disparada de juros. | Precarização e informalização no mercado de trabalho. Queda do salário e | Movimento sociais urbanos. Metropolização da pobreza desatrelada | Ausência de um projeto de desenvolvimento nacional. Erosão da aliança desenvolvimentista. Política de austeridade voltada à estabilização | Mudanças na organização interna das cidades – aprofundamento do modelo núcleo-periferia. Precarização habitacional, crescimento das favelas. |

| | | | | | |
|--------------------------|--|--|---|---|--|
| 1980/1990 | Crise da dívida externa. Desaceleração do comércio internacional. Inflação de 211% em 1983. Economia funciona na dinâmica stop and go. Década perdida. | incerteza do emprego (Fernandes e Negreiros). | da pressão demográfica. Movimentos Sociais. Luta pela Redemocratização. Crescimento da violência urbana. | da economia – insuficiente => Nova política de ajuste com enorme impacto recessivo. Desaparece o crédito imobiliário – colapso do sistema de provisão de moradia. Descentralização do poder em decorrência da Constituição de 1988. Municipalismo autárquico. | Diminuição do crescimento populacional e da migração para as metrópoles. Paradoxo: crise econômica, porém com melhoria nas condições de acesso aos serviços básicos. Crise da mobilidade urbana. |
| Modelo Liberal 1990/2003 | Mudanças estruturais: abertura econômica e reestruturação produtiva. Subperíodos: 1991/1993 – Continuação da crise do modelo desenvolvimentista. Período recessivo. 1994/2003 – Plano Real, Ajuste, estabilização, privatização. Ciclos de crescimento e efeitos da estabilização da moeda sobre a renda. 1996/2003- Estancamento. Racionalização organizacional defensiva (Coutinho). | Aumento do desemprego e restrição das oportunidades de trabalho. Diminuição do emprego nos setores agrícola, indústria de transformação, construção, financeiro, serviços públicos (transportes). Aumento das ocupações no setor terciário. Redução das remunerações. Elevado peso das ocupações informais – sem carteira, domésticos e conta própria (Siqueira e Maia). | Continuidade da metropolização da pobreza (Tolosa; Rocha), ao mesmo tempo em que diminuiu nas áreas não-metropolitanas. Fim do período: Diminuição da pobreza nas metrópoles primazes de São Paulo e Rio de Janeiro. As ONGs passam a ter mais importância do que os próprios movimentos sociais. | Maior proeminência dos municípios. O planejamento se torna mais localizado. Políticas urbanas locais liberais e fundadas no conceito de competitividade. Reescalamento do papel do Estado (Brenner). | Desconcentração produtiva e industrial – principalmente a partir da Região Metropolitana de São Paulo (Diniz). Diminuição da migração de longa distância, aumento da migração intrarregional. Retorno de migrantes aos estados de origem (Baeninger). Movimentos populacionais intrametropolitanos (Cunha). Rede urbana mais densa e diversificada. Aprovação do Estatuto da Cidade em 2001. |

| | | | | | |
|-----------------------------------|---|---|---|---|---|
| <p>Modelo “...” 2003/2010</p> | <p>Ciclo com contradições: Avanços da economia sustentada por um dinamismo interno, com crescimento econômico, inflação sob controle, expansão do emprego (W. G. dos Santos). Simultaneamente há aprofundamento do modelo neoliberal (R. Gonçalves). Flexibilização da política macroeconômica (redução da taxa de juros, ampliação do crédito e gastos por parte do Estado). O Estado atua em favor do mercado e com políticas sociais. Dinâmica econômica global-local.</p> | <p>Expansão do emprego formal. Como parte da política macroeconômica: ampliação dos gastos com a política social e com o aumento real do salário mínimo (redução de conflitos?). Papel do capital financeiro, agronegócio. Foco no consumo.</p> | <p>Distribuição da renda e perspectivas de inclusão social. Redução das desigualdades sociais. Afirmação de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular, etc. Surgimento das “novas classes médias” ou do “novo proletariado urbano”.</p> | <p>Retomada do papel ativo do Estado como planejador e protagonista do desenvolvimento, simultaneamente a um planejamento com perspectivas de participação popular e com características de empresariamento urbano (políticas localistas, gestão que substitui o planejamento, “disputas entre os lugares” (Brandão). Empreendedorismo sob as “asas” do Estado.</p> | <p>Crescimento econômico e populacional para o interior (ganho de participação). Surgimento de aglomerações submetropolitanas. Sistema urbano relativamente mais integrado. “Redução dos desequilíbrios regionais”. Porém ainda sob comando funcional das principais metrópoles (Ribeiro <i>et al.</i>). Padrão de divisão territorial do trabalho complexo. Expressiva circularidade da população.</p> |
|-----------------------------------|---|---|---|---|---|

Fonte: Elaboração do autor em colaboração com Érica Tavares, utilizando várias fontes (2013).

O Quadro 4, apresentado a seguir, mostra a tentativa de usar a ideia de ciclos nacionais e a identificação de ciclos regionais/loais.

Quadro 4 - Ciclos Históricos: nacional, regional e local: o caso de Natal, RN.

| Ciclo Nacional | Ciclo Regional: Nordeste | Ciclos Locais: RM Natal |
|--|--|---|
| Substituição de Importações: 1950/1980. | A década de 1970: início da desconcentração produtiva Regional no Brasil (desconcentração dos empregos). | A década de 1970: crescimento de 10,30% contra 8,7% da região Nordeste e 8,70 do Brasil. Modernização da economia em Natal, na indústria tradicional (têxtil e confecções). |
| Crise do modelo de substituição de importações: 1980/1990. | 1980-1989: Continuidade da desconcentração produtiva. A crise só afetou os estados mais industrializados: Bahia e Pernambuco. Ceará e RN dinamizaram suas economias. | No RN, a década não foi perdida. A média de crescimento de 7,40% para o RN, 1,6% Brasil e 3,3% NE. Novas economias: petróleo, turismo, fruticultura irrigada, carcinocultura. |
| Modelo liberal: 1990/2003. Reestruturação produtiva, de 1990 a 1992 (caracterizada pelo quadro de recessão da economia, aumento de produtos importados). 1993-19997. Recuperação da economia doméstica brasileira, ampliação das importações e dos investimentos externos, endividamento sem aumento da produção interna. 1998 e 1999 (desaceleração geral do conjunto das atividades econômicas). 2000, inicia combinação do saldo da balança comercial brasileira com o aumento do nível geral de emprego) | 1990-2003: Ganha relevância o “desenvolvimento regional restrito, especializado, centrífugo: enclaves territoriais que se manifestam como ilhas de inclusão, mas capazes de fazer sinergia regional. Ex: recursos do Prodetur. “Economias dinâmicas” e “economias estagnadas” (Tania Barcelar). | Desenvolvimento moderado: média de crescimento de 4,10%, Nordeste (3,0%) e do Brasil (2,5%). Participação no PIB do Brasil e do Nordeste passa de 0,46% em 1970 para 1,1% em 1999, em relação ao PIB Brasileiro, e, no Nordeste, a participação passou de 4,7% para 6,4%. Na RM Natal: construção civil; têxtil e confecções foram reestruturados; alimentos e bebidas; “manchas de modernidade”. |
| Modelo “...” : 2003/2010. | 2003-2010: Crescimento focado na produção e consumo de massa (crescimento do crédito; aumento real do SM; políticas públicas de transferência direta de renda (Bolsa família); gera empregos formais; as cidades médias passaram a crescer com mais intensidade; as cidades são elementos chave da dinâmica regional). | Acompanha o Nordeste. <i>Boom</i> da construção civil/imobiliário turístico (2004-2008). Aumento e modernização do setor serviços. Varejo moderno. Nova economia: Energia Eólica. |

Fonte: Elaboração de Maria do Livramento Clementino (2013).

6. BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, Luiz. São Paulo: cidade mundial ou metrópole subdesenvolvida? In: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, 7 (2), São Paulo, abril-junho de 1993.
- ABU-LUGHOD, J. New York, Chicago, Los Angeles: America's global cities. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1999.
- ALMOND, G. & VERBA, S. (Orgs.) The civic culture revisited. London: Sage, 1963.
- ARRIGHI, G. O longo século XX. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto, 1995.
- BARBOSA, M. L. de O. O desempenho das escolas e as desigualdades sociais. Encontro Anual da ANPOCS, 24, GT Educação e Sociedade, Caxambu, Minas Gerais, Anais... Caxambu: ANPOCS, 2000.
- BECK, U. World risk society. Cambridge: Blackwell, 2000.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. À propos de la *service class*: les classes moyennes dans la sociologie britannique. Revue Française de Sociologie, v. 41-4, p. 777-796, 2000.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. La prise en compte de "l'effet de territoire" dans l'analyse des quartiers urbains. Revue Française de Sociologie, v. 38, p. 97-117, 1997.
- BOESIER, S. El difícil art de hacer region. Cusco: Centro de Estudios Regionais Andinos, 1992.
- BOGARDUS, E. Measuring social distance. Journal of Applied Sociology, 9, Nov/Dec. 1925.
- BOURDIEU, P. La misère du monde. Paris: Seuil, 1993.
- BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. Território e Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional, Proposta para Discussão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Relatório do projeto análise das regiões metropolitanas do Brasil. Brasília, 2004. (mimeo)
- BRAUDEL, F. Civilisation Materielle, Economie et Capitalisme, XVe-XVIIIe Siècle. Paris, França: Armand Colin, 1979.
- BRAUDEL, F. La dynamique du capitalisme. Paris, França: Ed. Arthaud, 1985.
- BRENNER, N. World City Theory, Globalization and the Comparative-Historical Method. Reflections on Janet Abu-Lughod's Interpretation of Contemporary Urban Restructuring. Urban Affairs Review, Setembro, 2011.

BRENNER, N.; PECK, J.; e THEODORE, N. Depois da Neoliberalização? Cadernos Metrópole, 2012, vol. 14, n. 27.

BRUNET, J. P. Saint-Denis, la ville rouge. Paris: Fayard, 1979.

BRUNO, M. Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroecon micas e limites estruturais ao desenvolvimento. In: Os anos Lula. Contribui es para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 71-107.

BULLARD, R. Anatomy of Environmental Racism and the Environmental Justice Movement. In: BULLARD, R. (Org.). Confronting environmental racism: voices from the grassroots. Boston: South End, 1993.

BURT, R. The network structure of social capital, In: SUTTON, R.; STAW B. (Orgs.). JAI, 2000. Research in Organizational Behavior. Amsterdam, London and New York: Elsevier Science JAI, 2000, p. 345-423.

CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregac o urbana. Novos Estudos CEBRAP, n. 47, São Paulo, 1997.

CAMARGO, C. P. F. *et al.* São Paulo 75: Crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.

CANO, W. Ensaio sobre a forma o econômica regional do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CARDOSO, F. H. A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo. In: CARDOSO, F. H. Autoritarismo e democratiza o. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

CARVALHO, M. A. R. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política, In: MESSEDER, C. A., RONDELI, E. *et al.* (Orgs.). Linguagens da violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CARVALHO, N.R. E no início eram as bases. Geografia política do voto legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASTEL, R. Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, M. High technology, space and society. Beverly Hills: Sage, 1985.

CASTELLS, M. The informational city: Information technology, economic, restructuring and urban-regional process. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

CEDEPLAR. A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionaliza o com base nos p los econômicos e suas áreas de influência. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002 (documenta o dos microdados da amostra).

COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.

DAMATTA, R. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DELGADO, G. C. Desigualdade social no Brasil. In: Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 413-418.

DESROSIÈRES, A.; GOY, A. E.; THÉVENOT, L. L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles. Economie et Statistique, INSEE, 1983.

DESROSIÈRES, A. & THÉVENOT, L. Les catégories socioprofessionnelles. Paris: La Découverte, 1992.

DOUGLAS, M. Comment pensent les institutions. Paris: La Découverte, 1999.

DUCAN, O. & DUCAN, B. Residential segregation and occupational stratification. American Journal of Sociology, 60, Mars. 1955.

ELLEN, G. I. & TURNER, M. A. Does neighborhood matter? Assessing recent evidence. Housing Policy Debate, v. 8, n. 4, 1997.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nona ordem mundial. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, n. 35. 1995. Fundamentos sociales de las economías postindustriales. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

FAINSTAIN, S. & CAMPBELL, S. (Orgs.). Readings in Urban Theory. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.

FAINSTEIN, S.; GORDON, I.; HARLOE, M. (Orgs.). Divided cities: New York & London in the contemporary world. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1992.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FILGUEIRAS, L. A Natureza do Atual Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e o Processo de Desindustrialização. Programa de Bolsas de Pesquisa Centro Celso Furtado e BNB 2012, 2013.

FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C.; e BALANÇO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-39.

FIORI, J. L. A propósito de uma 'construção interrompida'. In: Economia e Sociedade, Campinas (14): 1- 19, jun. 2000.

FIORI, J. L. Brasil no Espaço. Petrópolis: Vozes, 2001.

- FIORI, J. L. Desenvolvimentismo e Dependência. Extraído de Valor Econômico, 28 de março de 2012.
- FIORI, J. L. O Vôo da Coruja: Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.
- FIORI, J. L. Polarização Mundial e Crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 72-73.
- FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FIX, M.; Arantes, P. São Paulo: metrópole-ornitorrinco, Correio da Cidadania, Ed. 383, 8 a 15 de fevereiro de 2004.
- FOURCAUT, A. Bobigny, banlieu rouge. Paris: Les Éditions Ouvrières & Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1986.
- FRANK, A. G.. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). Urbanização e Subdesenvolvimento. Zahar: Rio de Janeiro, 1973.
- FURTADO, C. O Brasil pós-“milagre”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GIDDENS, A. Modernity and self-identity: self and society in late modern age. Stanford: Stanford University, 1991.
- GONÇALVES, R. Redução da desigualdade da renda no Governo Lula. Análise comparativa, junho de 2011. Documento cedido diretamente por seu autor. Disponível em <http://www.ie.ufri.br/hpp/mostra.php?idprof=77>.
- GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; NYHAN JONES, V.; WOOLCOOCK, M. Integrated questionnaire for the measurement of social capital. Banco Mundial, 2003. (mimeo)
- GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Ed.34, 1999.
- HALBWACHS, M. Morphologie sociale. Paris: Armand Colin, 1970.
- HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. Justice, nature and the geography of difference. Oxford: Blackwell, 1996.
- HARVEY, D. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOGGART, R. La culture du pauvre. Paris: Minuit. 1970.
- IPEA. Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPEA, 2002.

JENCKS, C. & MAYER, S. The social consequences of growing up in poor neighborhood. In: LYNN Jr., L. E. & MCGEARY, M. G. H. (Orgs.). Inner-city poverty in the United States. Washington, DC: National Academy, 1990. p. 187-222.

JOLLIVET, M. Eléments pour une réflexion interdisciplinaire sur le concept de développement durable. Un point de vue de sciences sociales. Natures Sciences Sociétés. v. 6, n. 4, p. 50-52, 1998.

KAIN, J. (Org.) Race and poverty. The economics of discrimination. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

KATZNELSON, I. City trenches, urban politics and the patterning of class in United States. New York: Pantheon Books, 1981.

KAZTMAN, R. (Org.). Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre la raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: PNUD/CEPAL, 1999.

KAZTMAN, R. Aislamento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias. Buenos Aires: SIEMPRO/UNESCO, 2001.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. Na metrópole do subdesenvolvimento industrializado: das contradições às experiências urbanas. In: Escritos urbanos, fotografias de Tomás Rezende. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, L. (Org.). As Lutas Sociais e a Cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEMOS, M. B. *et al.* A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Mimeo.

LESSA, C. & DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1984. v. 1, p. 214-228.

LIPIETZ, A. Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização. In: Ensaio FEE. Porto Alegre, 10 (2), 1989 (303-335).

MOLOTCH, H. L. The city as a growth machine: Towards a political economy of place. American Journal of Sociology 82, 1976.

MAGRI, S. & TOPALOV, C. De la cité-jardin à ville rationalisée: um tournant du projet réformateur. Étude comparative France, Grand Bretagne, Italie, États-Unis, Revue Française de Sociologie, 28, 3, julho/setembro de 1987.

MERTON, R. Teoria y estructura sociales. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MINGIONE, E. Fragmented societies: a Sociology of Work beyond the Market Paradigm. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MIR, L. Guerra Civil, Estado e Trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MOLLENKOPF, J. & CASTELLS, M. (Orgs.). Dual city. Restructuring New York. New York: The Russell Sage Foundation, 1992.

MOLOTCH, H. The city as a growth machine: Toward a political economy of place. The American Journal of Sociology, 1976.

MORSE, R. A Evolução das Cidades Latino-Americanas. In: Cadernos Cebrap 22. CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1975. p. 5-35. Disponível em http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?lang=pt&area=7&pagina=31&item_biblio=217. Acesso em 07/06/2011.

NUN, J. El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal. Desarrollo Económico: Revista de Ciencias Sociales, v. 38, n. 152, 1999.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Rio de Janeiro, 2005 (documento para o Ministério das Cidades, mimeo).

OLIVEIRA, F. de. A ilusão do Estado brasileiro. Teoria e debate, n. 44, p. 33, abr./jun. 2000.

OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. (Orgs.). Os sentidos da democracia. Rio de Janeiro: Nedic/FAPESP/ Vozes, 1999.

PARK, R. A comunidade urbana: um modelo espacial e uma ordem moral. In: PIERSON, D. (Org.). Estudos de ecologia humana. São Paulo, s.d. (Tomo I, Leituras de Sociologia e Antropologia, Biblioteca de Ciências Sociais).

PERALVA, A. Violência e democracia: Paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

POLANYI, K. A grande transformação: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRETECEILLE, E. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr., O. S. (Orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1994, p. 65-89.

PRETECEILLE, E. Mutations urbaines et politiques locales. Paris: Centre de Sociologie Urbaine, 1988, v. 1.

PRETECEILLE, E. Mutations urbaines et politiques locales. Paris: Centre de Sociologie Urbaine, 1993. v. 2.

PRETECEILLE, E. & RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. Encontro Anual da ANPOCS, 22, Caxambu,

Minas Gerais, Anais. Caxambú: ANPOCS, 1998.

PRETECEILLE, E. & RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. Revista EURE. Santiago do Chile, v. 25, n. 76, p. 79-102, dez. 1999.

PREVENTING repetition and dropout in Latin America: Argentina, Brazil, Chile and Mexico. (Pesquisa concebida pelas Fundações Tinker e Ford).

PUTNAM, R. D. Making democracy work. New Jersey: Princeton University, 1993.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUIJANO, A. Dependência, Mudança Social e Urbanização na América Latina. In: Lopes, Fernando. (Org.). A Questão Urbana na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1978. p. 11-12.

RIBEIRO, L. C. Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

RIBEIRO, L. C. Q. Segregação residencial e segmentação social: o "efeito vizinhança" na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 2004. Seminário Internacional Trabajo y Producción de la Pobreza en América Latina y el Caribe.

RIBEIRO, L. C. Q. Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. In: SAÚDE nos grandes aglomerados urbanos: uma visão integrada. Brasília: OPAS/OMS, 2003 (Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde).

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

RIBEIRO, L. C. Q. & LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n. 3, nov., p. 111-130, 2000.

SANTOS Jr., O. A. dos; AZEVEDO, S. de; RIBEIRO, L. C. Q. Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2004.

SANTOS, W. G. Razões da desordem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

SASSEN, S. The global city: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SCHWARZ, R. Seminário de Marx. Originalmente publicado em Folha de São Paulo, "Mais!", 08/10/95, reproduzido em Novos Estudos Cebrap, no. 50, março de 1998 e, posteriormente em Schwarz, Roberto, Sequências Brasileiras, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SMITH, M. EDITORIAL—Just How Comparative is Comparative Urban Geography? A perspective from archaeology, 2013.
- SOARES, L. E. (Org.). Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.
- SOARES, L. E. Meu casaco de general: Quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOROKIN, P.A. Social mobility. Nova York: Harpen and Brothers, 1927.
- STOHR, W. B.; & TAYLOR, D. R. F. Development from Above or Below? Dialectics of regional planning in developing countries. New York: John Wiley, 1981.
- SOUZA, J. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- STORPER, M. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr., O. S. Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 65-89.
- SZASZ A. & MEUSER, M. Environmental Inequalities: literature review and proposals for new directions in research and theory. *Current Sociology*, v. 45, n. 3, Jul., 1997.
- TABARD, N. Des quartiers pauvres aux banlieues aisées: une représentation sociale du territoire. *Économie et Statistique*, n. 270- 10, p. 5-21, 1993.
- TABARD, N. & CHENU, A. Les transformations socioprofessionnelles du territoire français, 1982-1990. *Population*, v. 6, p. 1735-1770, 1993.
- TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TELLES, E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2003.
- TILLY, C. Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons. Nova York: The Russell Sage Foundation, 1984.
- TILLY, C. Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo: EDUSP, 1996.
- TIMMS, D. The urban mosaic. Towards a Theory of Residential Differentiation. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- TOURAINÉ, A. Pour la sociologie. Paris: Seuil, 1974.
- TOPALOV, C. Naissance de l'urbanisme moderne et reforme de l'habitat populaire aux États

Unis. Paris : Centre de Sociologie Urbaine, 1988.

TOPALOV, C. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise. Espaço & Debates, número 34, 1991.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles no século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q. & PECHMAN, R. (Orgs.). Cidade, Povo e Nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

TOURAINÉ, A. Pour la sociologie. Paris: Seuil, 1974.

TOURAINÉ, A. Les Sociétés Dependentes. Paris: Gembloux-Duculot, 1976.

TUCHMAN, B. W. A marcha da insensatez: De Tróia ao Vietnã. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

VALLE E SILVA, N. Posição social das ocupações. s.l.: Centro de Informática, 1973. (mimeo)

VALLE E SILVA, N. Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação do mercado de trabalho no Brasil. LNCC, 1992. (mimeo)

VALLE E SILVA, N. White et nonwhite income differentials: Brazil. Tese de Doutorado. University of Michigan, 1960.

VAN ZANTEN, A. L'école de la périphérie. Scolarité et ségrégation en banlieue. Paris: PUF, 2001.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade. In: VELHO, G. & ALVITO, M. (Orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ FGV, 1996.

VELTZ, P. Mondialisation, villes et territoires: L'économie d'archipel. Paris: PUF, 1996.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade. Rio de Janeiro: Observatório/Revan, 2001.

WALLERSTEIN, I. Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes-mondes. Paris: La Découverte, 2006.

WALLERSTEIN, I. O capitalismo histórico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: UNB, 1999.

WILSON, W. J. The truly disadvantaged. The inner city, the underclass and public policy. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

WILSON, W. J. When work disappears: The world of the new urban poor. New York: Alfred A. Knopf, 1996.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WRIGHT, E. O. Class structure and income determination. New York: Academic Press, 1964.

